


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

LILIAN DE SOUSA SILVA

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA:
um estudo sobre as representações do professor



ARARAQUARA – S.P.
2020

LILIAN DE SOUSA SILVA

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA:
um estudo sobre as representações do professor

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória

ARARAQUARA – S.P.
2020

Silva, Lilian de Sousa
DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: um estudo sobre as
representações do professor / Lilian de Sousa Silva -
2020

72 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Sexual) - Universidade Estadual Paulista "Júlio de
Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras
(Campus Araraquara)

Orientador: Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória

1. Gênero. 2. Diversidade sexual. 3. Educação. I.
Título.

LILIAN DE SOUSA SILVA

DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: um estudo sobre as representações do professor

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória

Data da defesa: 18/02/2020

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória
Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara

Membro Titular: Professor Dr. Fábio Augusto Pacano
Centro Paula Souza Fatec - Piracicaba

Membro Titular: Professor Dr. Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP– Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Isabel e João que sempre acreditaram em mim. Agradeço aos meus irmãos Maria Lucia, Adriano e Luiz que me mostraram que para conseguir algo é preciso ir à luta. Agradeço ao Professor Mestre, Doutor e hoje Amigo Nabuco, que sempre esteve me ouvindo, aconselhando, acalmando, acreditando na minha capacidade para concluir este trabalho.

RESUMO

Relações de gênero e sexualidade têm sido temas de interesse, discussão e pesquisa em diversas áreas do conhecimento científico. Assim o presente estudo inscreve-se no quadro de uma observação ampla e ao mesmo tempo criteriosa, da diversidade sexual no meio escolar, cuja proposta é analisar as representações e práticas docentes sobre seus saberes e fazeres no processo de socialização, ensino e aprendizagem dos alunos levando em consideração a diversidade sexual na escola. O intento desse trabalho é mostrar a importância da discussão da temática “diversidade sexual” no ambiente escolar vista sob a ótica dos professores, estimulando reflexões a respeito de nossas próprias aceções em relação a esse tema, de modo a reafirmar a importância da discussão a respeito da Educação Sexual na escola. No entanto, percebe-se ainda uma forte resistência quanto às questões relativas à sexualidade, gênero e diversidade sexual nesse âmbito. A escola é um espaço de fundamental importância na promoção do respeito às diversidades sociais, uma vez que ela tem a responsabilidade de acolher sujeitos diversos. Discutir essa temática auxilia no entendimento das especificidades individuais, buscando a aceitação e o respeito necessários à convivência entre iguais numa sociedade democrática. Para atingir os objetivos do presente estudo, servimo-nos da pesquisa qualitativa que foi o norteador do processo investigativo, no intuito de garantir maior rigor do conhecimento apropriado neste assunto. Em seguida verificou as representações sociais dos professores acerca da diversidade sexual visando à compreensão da forma como tais representações poderiam influenciar, ou contribuir, para a construção ou desconstrução de preconceitos e discriminações que perpassam o ambiente escolar. As informações obtidas foram organizadas por meio da análise de conteúdo e para a análise desse conteúdo, foram utilizados núcleos temáticos de representação social.

Palavras-chave: Gênero. Diversidade sexual. Educação.

ABSTRACT

Gender and sexuality relations have been topics of interest, discussion and research in various areas of scientific knowledge. Thus the present study is part of a broad and at the same time careful observation of sexual diversity in the school environment, whose proposal is to analyze the representations and teaching practices about their knowledge and practices in the process of socialization, teaching and learning of students. taking into account sexual diversity in school. The purpose of this paper is to show the importance of the discussion of the theme "sexual diversity" in the school environment seen from the teachers' perspective, stimulating reflections about our own perceptions regarding this theme, so as to reaffirm the importance of the discussion about of Sex Education at school. However, there is still strong resistance to issues related to sexuality, gender and sexual diversity in this area. School is a space of fundamental importance in promoting respect for social diversity, since it has the responsibility of welcoming diverse subjects. Discussing this theme helps in understanding individual specificities, seeking the acceptance and respect necessary for coexistence among equals in a democratic society. To achieve the objectives of this study, we used the qualitative research that was the guiding of the investigative process, in order to ensure greater rigor of appropriate knowledge in this subject. Then, it verified the teachers' social representations about sexual diversity in order to understand how such representations could influence or contribute to the construction or deconstruction of prejudices and discrimination that permeate the school environment. The information obtained was organized through content analysis and for the analysis of this content, thematic nuclei of social representation were used.

Keywords: Gender. Sexual diversity. Education.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Listagem de pesquisa após busca na Plataforma Scielo.	10
Tabela 2	Perfil dos sujeitos entrevistados	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

DSM 5 Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

CFP Conselho Federal de Psicologia

CRP Conselho Regional de Psicologia

MEC Ministério da Educação

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais

FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

BNCC Base Nacional Comum Curricular

LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

BSH Brasil sem Homofobia

PT Partido dos Trabalhadores

ABGLT4 Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

CNCD Conselho Nacional de Combate a Discriminação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 ESTUDOS QUE ANTECEDEM A PESQUISA	11
2.1. Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual	17
2.2. Educação e Políticas Públicas relacionadas à Diversidade Sexual no Brasil	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	35
3.1. Teoria das Representações Sociais	35
3.2. Método	38
3.3. O campo de investigação: a Escola Winston Churchill	40
3.4. As Entrevistas	42
3.5. Os Participantes	43
4. RESULTADOS E CONCLUSÕES.	46
4.1. Compreensão da diversidade sexual inserida no contexto escolar e perspectivas de atuação da escola e professores	46
4.2. Conclusões	51
4.3. Considerações Finais	58
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
APÊNDICE 1 – Autorização para Realização da Pesquisa	67
APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento	68
APÊNDICE 3 – Roteiro Semiestruturado	70

1 INTRODUÇÃO

A Diversidade Sexual constitui um dos temas que engloba o campo da sexualidade humana envolvendo a materialidade do corpo, os costumes, valores, enfim, a história e a cultura de modo geral. Nesse sentido, o presente estudo inscreve-se no quadro de uma observação ampla, e ao mesmo tempo criteriosa, da diversidade sexual no meio escolar; cuja proposta é a de analisar as representações dos docentes sobre seus saberes e fazeres no processo de socialização, ensino e aprendizagem dos alunos de um estabelecimento público de ensino: a Escola Estadual Winston Churchill, em Sertãozinho-SP.

Em particular, este estudo buscou compreender como os professores daquela instituição estão lidando com situações ligadas à diversidade sexual na escola, conforme os seguintes questionamentos: os professores consideram este assunto como um importante tema transversal em suas aulas? Qual é a importância da discussão de temas referentes à diversidade sexual no ambiente escolar? Como os docentes agem ao presenciar algum debate acerca das sexualidades dos alunos? Tais questões são pertinentes uma vez que, de acordo com a Lei de nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases, que regula todo o processo educacional no país e, seguindo as orientações estabelecidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o tema Educação Sexual deveria estar inserido na escola como tema transversal.

O tema da educação sexual chegou às escolas quando foi incluído nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no final de 1996, em um contexto no qual crescia, no país, o número de gravidez entre adolescentes e a contaminação pelo vírus do HIV, e esses fatores eram um dos grandes temores. De acordo com os PCN a orientação sexual deveria ser trabalhada como um tema transversal, e era organizado em três eixos norteadores: corpo matriz da sexualidade, relação de gênero e prevenção das infecções sexualmente transmissíveis/Aids (ISTs¹).

Vale acrescentar que os temas transversais abordados pelas diversas áreas do conhecimento, por vezes, não sanam as dúvidas e anseios de crianças e adolescentes, que, além de trazer consigo valores e crenças pré-estabelecidos por sua família, confrontam-se

¹ O Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais passa a usar a nomenclatura “IST” (Infecções Sexualmente Transmissíveis) no lugar de “DST” (Doenças Sexualmente Transmissíveis).

A nova denominação é uma das atualizações da estrutura regimental do Ministério da Saúde por meio do Decreto nº 8.901/2016 publicada no Diário Oficial da União em 11.11.2016, Seção I, páginas 03 a 17.

com a influência de outras fontes, tais como livros e as próprias mídias televisivas e/ou digitais.

A problematização e análise de questões que favorecem a reflexão e a ressignificação de informações e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada aluno são fatores importantes ao se trabalhar com Educação. E temas como sexualidade e diversidade sexual, são temas difíceis de trabalhar, uma vez que seu estudo visa à conscientização de que existem muitas diferenças entre os indivíduos com relação às suas formas de pensar, de agir e de olhar para a vida.

É importante compreender como a noção de diversidade sexual tem sido apropriada nos espaços escolares pelos professores, pois constata-se uma forte resistência dos indivíduos quanto às discussões a respeito das questões relativas à sexualidade, gênero e diversidade sexual nesse âmbito. Motivo pelo qual cresce a importância de se discutir questões referentes à orientação sexual nas escolas, pois não se trata apenas da opção sexual dos sujeitos, e sim de um emaranhado complexo de questões históricas, sociais e políticas referentes aos esclarecimentos pertinentes à sexualidade humana.

Noutras palavras, trata-se de debater amplamente sobre a diversidade sexual humana tal como esta se faz presente no mundo contemporâneo. Trata-se de refletir e de sensibilizar as pessoas para a aceitação das diferenças no tocante às questões que envolvem a sexualidade humana em uma sociedade que se pretende democrática.

2 ESTUDOS QUE ANTECEDERAM A PESQUISA

Com a intenção de refletir sobre o conhecimento acumulado acerca da temática da diversidade sexual como fonte de consulta e conhecimento, foi utilizada a Plataforma Scielo. Nessa plataforma buscou-se averiguar os trabalhos acadêmicos utilizando os seguintes descritores: “diversidade sexual” e “escola” chegando ao resultado de vinte três artigos. Estes descritores constituem o eixo temático central dos conceitos desenvolvidos nesta pesquisa.

Para o refinamento dos estudos encontrados, foram utilizados os seguintes critérios de inclusão: artigos publicados sem período demarcado e em língua portuguesa. Os critérios de exclusão foram: artigos não disponíveis em bancos de dados brasileiros, artigos que não respondiam às questões norteadoras, idioma, repetição de conteúdo e tema. Atendidos os critérios de inclusão e exclusão chegou-se ao resultado de 9 artigos.

Tabela 1

Listagem de pesquisa incluídas no presente estudo após busca na Plataforma Scielo, com as palavras-chave diversidade sexual e escola.

Nº	Título	Autor	Ano
1º	Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "Epistemologia"	Maria Rita de Assis César	2009
2º	Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático	Graziela Raupp Pereira Alexandre Gustavo Melo Franco Bahia	2011
3º	Nem tão azul, nem tão rosa: os professores e suas representações do diferente no contexto escolar	Paulo Santos Freitas Júnior	2011
4º	Educação e diversidade(s): práticas homofóbicas e impactos na vida de jovens LGBT's do ensino médio.	Valdenia Pinto de Sampaio Araújo	2012
5º	Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar	Fernando Seffner	2013
6º	Representações sociais de professores sobre diversidade sexual em uma escola paraense	André Luiz M. Neves Klaudia Y. Sadala Iolete Ribeiro da Silva Elizabeth Teixeira Darlisom Sousa e Silva Fabiane Aguiar	2015
7ª	Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola	Amanda N. Marcon Luísa Evangelista	2016

		Vieira Prudêncio Marivete Gesser	
8 ^a	Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de Educação Brasileira.	Toni Reis Edla Eggert	2017
9 ^o	Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia	Elaine de Jesus Souza Joilson Pereira Silva Claudiene Santos	2017

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da Plataforma Scielo.

Passemos às considerações sobre os dados qualitativos dos estudos a fim de traçar caminhos para o entrelaçamento de dados referentes a presente pesquisa.

Maria Rita de Assis César (2009) propõe uma análise dos principais caminhos epistemológicos que os discursos sobre a sexualidade e gênero percorreram na instituição escolar ao longo de quase um século. Nessa pesquisa a autora procurou demonstrar as incompreensões sobre a diversidade sexual por meio de questionamentos da teoria *queer*, tomada como referência decisiva para a discussão da fala docente e de documentos oficiais presentes na escola a respeito de gênero e sexualidade.

Pereira *et al.* (2011) sustenta que existe uma quantidade considerável de pesquisas e trabalhos sobre o papel dos professores frente à Educação Sexual na Escola, porém observa que são escassas as escolas que abarcam explicitamente esta temática nas suas práticas pedagógicas, concluindo que, boa parte do trabalho escolar se limita às ações informativas deixado a cargo de diversos profissionais. Agem como se um restrito cabedal de informações fosse suficiente para elucidar as interrogações confrontadas com a sexualidade humana e as suas variadas expressões.

O trabalho proposto por Paulo Santos Freitas Júnior (2011) tem por objetivo analisar as representações e práticas docentes em torno da sexualidade humana, ressaltando a abordagem da homossexualidade no âmbito escolar do município de Campos dos Goytacazes-RJ. O autor toma por base as respostas de doze professores que faziam parte do Clube de Ciências da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes (SMECE) do referido município, revisando oferecer subsídios para o debate em torno de uma ação política voltada para o princípio constitucional da não discriminação. A pesquisa revelou que as políticas públicas devem ser sensíveis à diversidade sexual, contribuir para o fortalecimento do princípio de igualdade e estar voltadas para a construção de escolas mais democráticas, comprometidas não só em termos de conteúdo, mas de ética, respeito, tolerância, ou seja, uma escola cidadã e inclusiva.

O trabalho proposto por Valdenia Pinto Sampaio Araújo (2012) apresenta uma investigação realizada sobre as práticas homofóbica da escola Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). A pesquisa cartografa, problematiza e analisa o ponto de vista de um determinado grupo de jovens LGBT em relação à orientação sexual, às suas manifestações de sociabilidades afetivas, ao conceito de diversidade sexual, seus posicionamentos relativos à homofobia e como ocorre a convivência entre pessoas com estas diferenças e outras, dentro da escola pesquisada. No percurso metodológico, a autora utilizou-se da pesquisa qualitativa baseada nos contatos pessoais, observações e questionário. Os principais resultados foram: a existência de intolerâncias na família no que se refere às homossexualidades, a verificação da escola como espaço de apoio e opressão para esta população, e a esperança na mudança de conceitos e atitudes da sociedade em relação às homossexualidades.

O trabalho proposto por Fernando Seffner (2013) apresenta os desafios enfrentados quando se busca modificar os regimes de desigualdade na escola envolvendo características de gênero e sexualidade. No percurso metodológico, o autor serviu-se da pesquisa etnográfica registrando cenas escolares envolvendo professores e alunos, em três escolas públicas de Porto Alegre. O trabalho apresenta uma reflexão sobre o que foi observado e relatado, e tem importância como insumo de monitoramento e avaliação das ações, bem como para estimular a reflexão teórica acerca das categorias conceituais em que tais ações se baseiam.

A investigação proposta por Neves et al. (2015) tem como objetivo identificar e analisar as representações sociais de professores sobre diversidade sexual considerando a *Teoria do Núcleo Central*². Os principais resultados foram: sobre as representações sociais dos professores acerca da diversidade sexual, a maioria parece engessada em ideias com uma carga de preconceitos, estereótipos e de conceitos reducionistas em relação à sexualidade humana. Somente uma pequena parte dos professores considera respeitar o outro, mesmo não possuindo ainda subsídios que fundamentem tais representações.

O trabalho proposto Marcom *et al.* (2016) tem por objetivo analisar a produção de conhecimento em relação à diversidade sexual na escola desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, focando na relação entre os documentos oficiais e em como é produzido o conhecimento sobre os gêneros utilizado neste processo. No percurso metodológico, os autores realizaram uma revisão integrativa do conhecimento que abrangeu

² A Teoria do Núcleo Central (TNC) foi proposta por Jean Claude Abric no ano de 1976. O autor sustenta a hipótese de que toda Representação Social está organizada em torno de um núcleo central e um sistema periférico.

artigos científicos publicados nas bases de dados Scielo, Pepsic e Lilacs entre os anos de 1997 e 2013. Os autores chegaram à conclusão de que os conhecimentos produzidos pelos estudos analisados estão cada vez mais alinhados aos preceitos dos direitos humanos, embora as práticas no interior da escola precisem avançar em direção à promoção de uma educação inclusiva da diversidade de modos de vivenciar a sexualidade.

A investigação proposta por Reis e Eggert (2017) tem por objetivo abordar a “ideologia de gênero”³ que aflorou nas discussões sobre os atuais Planos de Educação. Abordam os principais marcos internacionais e nacionais como os Princípios de Yogyakarta (Princípios Sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em Relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero) que asseguram o direito à educação a todos, sem discriminação por motivo de sua orientação sexual e identidade de gênero. Este documento também aponta oito deveres dos estados, incluindo acesso igual à educação e tratamento igualitário, desenvolvimento do respeito aos direitos humanos, proteção adequada contra exclusão, violência e discriminação.

Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) têm aprovado declarações e resoluções afirmando que a orientação sexual e a identidade de gênero também devem ser consideradas como direitos humanos. E, como parte desse processo, em 2013, a ONU publicou recomendações para os Estados referentes às principais obrigações que estes têm para com lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (pessoas LGBT), incluindo a proteção contra a violência homofóbica e transfóbica, e a proibição da discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero.

Isso se encontra refletido em legislações federais brasileiras como o Estatuto da Juventude que tem uma seção específica sobre o Direito à Diversidade e à Igualdade, o qual determina que o jovem não seja discriminado, inclusive por motivo de sexo e orientação sexual. As deliberações da Conferência Nacional da Educação Básica 2008 (CONEB) e Conferências Nacionais de Educação 2010 (CONAE) que visam uma educação com qualidade social que supere as desigualdades sociais, raciais, de idade, de gênero e orientação sexual, foram vistas como um marco para a construção de um novo Plano Nacional de Educação.

³ O termo ideologia de gênero foi utilizado para defender posições tradicionais e reacionárias em relação aos papéis de gênero do homem e da mulher.

Porém, após quase dois anos de debate e tramitação, o novo Plano Nacional da Educação (PNE), apresentado na câmara dos deputados e em 17/12/2013, o plenário do senado o aprovou retirando da redação o inciso III do artigo 2º a frase “promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Também suprimiu, em todo o texto, a flexão de gênero, adotando a forma genérica masculina, de modo a promover e agudizar nas audiências e debates o fenômeno popularmente conhecido por “ideologia de gênero”.

A ideia de “ideologia de gênero” diz respeito à assertiva segundo a qual se ensinaria nas escolas para crianças, adolescentes e adultos, que os gêneros são construções para e pela cultura. Ou seja, que ninguém nasce homem ou mulher, mas pode escolher o que quer ser. Sendo importante ressaltar que o termo “ideologia de gênero” foi utilizado por quem defende posições relativas à família tradicional (homem-mulher), reacionárias e até mesmo fundamentalistas em relação aos papéis sociais. Contudo, é importante salientar que nenhum dos Documentos Finais das Conferências de Educação de 2008, 2010 e 2014, nem a versão inicial do Plano Nacional de Educação faziam menção do termo “ideologia de gênero”, e sim tinham por objetivo garantir o alcance da equidade entre os gêneros e o respeito à diversidade sexual.

Segundo levantamento realizado em janeiro de 2016 pela iniciativa “De Olho nos Planos”, em relação aos vinte e dois dos vinte e sete Planos Estaduais de Educação, aprovados e sancionados na forma de lei, nove não faziam qualquer referência à palavra “gênero” e quinze não explicitavam o termo “gênero” nos Princípios ou Diretrizes do Plano ao citar o enfrentamento a toda forma de discriminação.

Nesse sentido, o próprio Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação publicaram notas criticando a omissão nos Planos de Educação de ações voltadas para a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual. O estudo chega em seus resultados à necessidade do envolvimento de outros setores a fim de contribuir para que a Educação Brasileira incorpore, definitivamente, a igualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual.

Souza *et al.* (2017) propõem analisar as representações sociais de professores da educação básica acerca da diversidade sexual e da homofobia, visando à compreensão da forma como tais representações podem influenciar ou contribuir para a desconstrução de preconceitos e discriminações que perpassam o ambiente escolar. Os autores realizam a pesquisa em duas escolas públicas (com modalidades de ensino regular e ambas com aproximadamente 350 estudantes) do município sergipano Simão Dias. Após a aprovação do comitê de Ética e obtenção das respectivas assinaturas, os professores responderam a

entrevistas semiestruturadas para coleta das informações, e que foram realizadas após a aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas sobre diversidade sexual, homofobia e a formação docente elaborado com base na bibliografia estudada. O questionário envolveu itens referentes aos dados sociodemográficos (idade, sexo, religião, graduação e tempo de atuação docente) dos participantes.

Foram inseridas imagens gráficas no questionário referentes às identidades sexuais e de gênero não heterossexuais (casal de gays, casal de lésbicas, uma travesti e uma mulher transexual), com o objetivo de compreender de modo determinado as representações dos/as docentes acerca da diversidade sexual. A entrevista teve as seguintes questões norteadoras: 1) Como você avalia a sua formação docente com relação às temáticas sexualidade e diversidade sexual? 2) Quais as suas concepções, vivências e práticas acerca da diversidade sexual e da homofobia?

Na análise de conteúdo empregou-se a modalidade categorial temática, em que são identificadas as principais opiniões e crenças encontradas nas respostas aos questionários e entrevistas, com o posterior agrupamento dessas unidades em categorias de análises (Bardin, 2011) construídas a partir da leitura das transcrições e da discriminação das unidades de sentido presentes nos relatos dos docentes. Relatos como esses apontados abaixo:

Então a nossa formação acadêmica não ajuda muito pra gente estar lidando com essas situações cotidianas na escola. (Prof.^a Roberta – EF; 41 anos, católica, leciona Matemática há 21 anos)

[...] só na disciplina de Psicologia, mas nada que eu pudesse ter memória não, foi algo bem superficial, você não vê bem trabalhada não [...]. (Prof.^a Ariella – EM; 42 anos, católica, leciona português há 16 anos)

Nesse sentido, o estudo aponta que os principais empecilhos para a inclusão da diversidade sexual na escola consistem na falta de informações do corpo docente, visto que a maioria dos cursos de graduação e de pós-graduação não insere, ao menos de modo significativo, temas referentes à sexualidade. Os autores concluem evidenciando que as representações dos educadores estão ancoradas em padrões sociais acerca da diversidade sexual geradoras de preconceitos sutis; e contribuem com a homofobia no ambiente escolar. Portanto, destaca-se a necessidade de informações mais significativas acerca dessas temáticas, possibilitando aos docentes promover ações pedagógicas que contribuam para o reconhecimento da diversidade sexual.

Considerando os estudos realizados sobre diversidade sexual, apresentados acima, conclui-se que ainda há certa recusa para a implantação de projetos pedagógicos e de políticas públicas voltadas para diversidade sexual no contexto escolar, ainda que existam algumas ações, o que, muitas vezes, ainda não é o suficiente ou não é eficaz.

A maioria das pesquisas constata que no contexto escolar, falar sobre sexualidade ainda é uma questão complexa para os professores, principalmente no que se refere à homossexualidade. As pesquisas ainda constataam que a homofobia está presente no cotidiano escolar e como a valorização da heterossexualidade é vivenciada nas escolas.

As pesquisas também revelam que foram superados grandes desafios, mas que ainda é necessário colocar em prática certas políticas públicas referentes à diversidade sexual, sobretudo a inclusão curricular de temas relevantes para os grupos minoritários como aqueles relacionados à população LGBT.

Nesse sentido, a partir dos estudos realizados, compreende-se que a discussão da temática da diversidade sexual vem crescendo e ampliando as discussões a esse respeito, no entanto observa-se que a sexualidade ainda é considerada, ao menos até certo ponto, um tema tabu. Portanto, é preciso faz-se necessário a promoção de reflexões sobre questões ligadas à diversidade sexual, visto que essa, sem dúvida, essa segue sendo uma importante temática que se desenvolve em diálogo com as políticas públicas educacionais, a fim de trazer benefícios para a sociedade, e, em especial, para uma educação comprometida com a ética cidadã.

2.1 Sexualidade, Gênero e Diversidade Sexual

Nos últimos anos, a sexualidade tem emergido como tema de interesse, discussão e pesquisa em áreas como Psicologia, Sociologia, História, dentre diversas outras ciências. Há um constante interesse e esforço em compreender as variadas práticas e experiências sexuais em um momento que as identidades de gênero desconectam-se do biológico e a diversidade sexual torna-se multifacetada, em que termos como “hetero”, “homo”, “bi”, e “transexual” integram um universo cada vez mais complexo e desafiador (Feitosa, 2013).

No atual cenário político brasileiro de inclinação fortemente conservadora⁴, mortes e discursos de ódio se produzem e se reproduzem velozmente nas mídias sociais contra a

⁴ Uma das suas primeiras ações do atual presidente eleito no País foi à expedição da medida provisória de nº 870/19, que retira a população LGBT da lista de Políticas e Diretrizes destinadas à Promoção dos Direitos Humanos.

população LGBT. Esta constatação aumenta a urgência dos debates acerca da diversidade sexual no ambiente escolar considerando que os preconceitos são estabelecidos social e historicamente. Importante ressaltar que o caminho percorrido, para a inserção da temática na escola, tem sido construído com grande esforço em nosso país por grupos organizados, educadores, pesquisadores materializando-se em pesquisas, artigos, eventos, ações educativas e documentos oficiais (Campos, 2015).

Vale lembrar que a sociedade é formada por seres diversos quanto à maneira de pensar, agir, sentir, se expressar, relacionar e viver a vida. Tal pluralidade relaciona-se também a forma como os seres humanos interagem sexualmente e afetivamente. Isto significa que não existe um modo único de se relacionar entre as pessoas, e que para compreender melhor a noção das diversas possibilidades de se relacionar é preciso inicialmente, compreender a noção das sexualidades e gênero, já que estas, como qualquer outro aspecto da vida dos seres humanos, não são um fenômeno meramente biológico, mas são fortemente marcadas pelas relações sociais (Jesus, 2008).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1975), a sexualidade é parte integrante da personalidade de cada um de nós. A vivência da sexualidade é própria do ser humano, constitui uma dimensão da liberdade humana e está relacionada com a busca do prazer físico e emocional.

Nesse sentido:

A vivência da sexualidade não se limita a relação sexual, pois envolve sentimentos e nos motiva procurar, o contato físico e afetivo, a intimidade de um relacionamento, podendo ou não haver reprodução. Assim, nossa sexualidade é um processo que se inicia em nosso nascimento, vai até nossa morte e envolve, além do nosso corpo, nossa história, nossos costumes, nossa cultura. (Jesus, 2008, p. 15).

Campos (2015) complementa dizendo que a sexualidade humana não se restringe a um corpo que possibilita reprodução e que se previne. É uma construção pessoal, social que se forma ao longo da vida, em um processo contínuo e complexo, que articula aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e históricos, e que pode ser vivenciada a partir de diferentes possibilidades em relação às orientações sexuais (hétero, homo e bissexualidade) e às identidades de gênero.

Desse modo, para a compreensão do funcionamento da sexualidade humana, devemos inseri-la em seu contexto social, histórico e cultural. Entendendo que a sexualidade seja algo

amplo, envolvendo diferentes fatores sociais e emocionais, e se estabelece por meio das relações com o ambiente e com o outro, transformando-se em algo singular e único no sujeito. Ainda permanecem compreensões da sexualidade que se remetem à ideia de que se trata de algo dado como natural. As pessoas, em geral, tendem a pensar que homens e mulheres, por serem dotados de corpos masculinos e femininos, são definidos pelos aspectos biológicos (Jesus, 2008).

No entanto, ao observar as manifestações do comportamento sexual, percebe-se que existe uma diferenciação de uma sociedade para outra, evidenciando que as culturas encaram e constroem gênero e sexualidade de modos diversos. E, nesse emaranhado de relações sociais que variam ao longo do tempo, são produzidos e reproduzidos os padrões e as condutas ligadas não apenas à sexualidade, mas também ao lugar que cada um de nós ocupa na sociedade (Jesus, 2008).

Segundo Mary Del Priori (2012) o fato de possuir um pênis ou uma vagina faz com que sejamos tratados de forma diferente, e que o conceito de gênero emergja justamente quando se passa a questionar esse tratamento diferenciado que reflete o conjunto de relações que não só distinguem, mas também muitas vezes opõem os seres humanos entre si a partir da percepção das diferenças sexuais.

Giddens (2005) explica que gênero tem a função de classificar o masculino e o feminino nas sociedades humanas, mas essa classificação não se fundamenta em um princípio evolutivo, biológico ou morfológico, e sim em uma construção social. Nesse caso, o critério de classificação está baseado principalmente na identidade subjetiva da pessoa. Assim, “[...] as identidades humanas não são herdadas, mas construídas por uma trama de elementos associados á personalidade, influências familiares, culturais e sociais.” (Giddens, 2005, p. 103).

Discorrendo sobre a questão do gênero Scott (1995) complementa:

O termo "gênero" torna-se, antes, uma maneira de indicar "construções culturais" – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e as mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, "gênero" tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (p. 75).

Na definição da autora, gênero é uma categoria de análise que permite questionar as diferenças de poder estabelecidas entre homens e mulheres. Dialogar sobre gênero é uma maneira de compreender as relações sociais a partir das simbologias e práticas desenvolvidas entre os seres humanos, sobretudo como se fundamentam as relações entre as pessoas, sejam elas do mesmo sexo ou de sexos distintos.

Nesse sentido, Simone de Beauvoir (1967), explica que a mulher é formada dentro de uma cultura que define qual o seu papel no seio da sociedade, ou seja, *não se nasce mulher, torna-se mulher*. Antes mesmo que a criança venha ao mundo, sua identidade já começa a ser definida no ambiente social.

A noção de gênero, por ser uma construção social, emite as formas como o menino e a menina devem se comportar e se relacionar entre si, legitimando o discurso de que meninos devem ser mais competitivos, agressivos e livres enquanto as mulheres devem ser mais recatadas e contidas. O papel social é uma das características atribuídas aos sujeitos em função de seu gênero, assim, o mesmo está associado ao papel sexual e de como o sujeito deve se apresentar. E esse modo de se comportar, as condutas e os papéis assumidos, é moldado pela sociedade e pela cultura (Barros & Junior, 2016).

Em um cenário familiar tradicional, todos querem saber se o bebê será menino ou menina, e essa expectativa define o nome da criança o enxoval e os brinquedos. Desse modo, a importância da construção de uma identidade ao nascer demonstra que em nossa sociedade a definição de “quem você é” está relacionada intimamente com o gênero e a sexualidade. (Negreiros & Peres, 2004). Portanto, gênero e sexualidade são categorias indissociáveis, pois é a partir das relações de gênero marcadas pela sexualidade que a identidade vai se constituindo e se transformando. É nestes processos que o próprio gênero e a sexualidade são articulados pelos sujeitos propondo outras formas de vivê-los, o que entendemos como diversidade sexual (Negreiros & Peres, 2004).

A diversidade sexual é a expressão usada para nomear as várias formas de expressão da sexualidade humana, assim sendo, a homossexualidade, assim como a bissexualidade e a heterossexualidade, integra a diversidade sexual. Desse modo, sexualidade, diversidade e gênero são três aspectos interconectados. Portanto, nessa perspectiva da imensa diversidade que a sexualidade humana abrange, é fundamental a distinção entre sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero (Junqueira, 2007).

Nesse sentido, segundo Giddens (2005), o sexo biológico diz respeito às diferenças anatômicas e fisiológicas que definem os corpos masculinos e femininos. Barros e Junior (2016), ao citar Butler, complementa que:

O sexo trata-se tanto de uma materialização quanto de uma norma. Materialização porque se estabiliza ao longo do tempo para demarcar espaços, fronteiras, relações de poder e desigualdades como um todo. Normas porque regulamenta e governa a materialização do corpo, isto é, os frutos das relações de poder que demarcam, diferenciam ou excluem os corpos. Desse modo, sexo é “uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural”. Portanto, o sexo é uma qualificação social e culturalmente construída que governa a materialização dos corpos (p.67).

Orientação sexual diz respeito à atração que um indivíduo sente por outros indivíduos envolvendo questões relacionadas aos desejos. Assim, se o indivíduo se sente atraído sexualmente pelo sexo oposto, ele é considerado heterossexual, se a atração é por indivíduos do mesmo sexo, sua orientação é denominada homossexual e aqueles que se interessa por ambos os sexos são bissexuais.

Segundo Junqueira (2007):

O termo orientação sexual veio substituir a noção de opção sexual, pois o objeto do desejo sexual não é uma opção ou escolha consciente da pessoa, uma vez que é resultado de um processo profundo, contraditório e extremamente complexo de constituição, no decorrer do qual cada indivíduo é levado a lidar com uma infinidade de fatores sociais, vivenciando-os, interpretando-os, (re)produzindo e alterando significados e representações, a partir de sua inserção e trajetória social específica. As maneiras de ser, agir, pensar e sentir refletem de modo sutil, complexo e profundo os contextos da experiência social. Assim, ‘não existem corpos livres de investimento e expectativas sociais’, e tampouco pode a definição dos objetos de desejo resultar de uma simples opção, efetuada de maneira linear, casual e indiferente (p.17).

Ao longo da vida se aprende que as relações afetivas e sexuais são “normais” se ocorrerem entre pessoas de sexos opostos, dado que a heterossexualidade foi regida como o

padrão, isto é, como a “única forma correta de vivenciar a sexualidade, socialmente aceita e inquestionável”. Admitir que se é homossexual não é tarefa fácil, pois o indivíduo se vê acuado pelo clima adverso que o condena como imoral, pecador ou até doente mental. (Jesus, 2008).

Nesse sentido, torna-se importante salientar que a Organização Mundial de Saúde (OMS) não trata a homossexualidade como doença e, por isso, em 1990, excluiu-a do Código Internacional de Doenças (CID). Antes dela, em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) já havia retirado a homossexualidade de seu Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais. Da mesma forma, no Brasil, os Conselhos Federais de Medicina (desde 1985) e de Psicologia (desde 1999) não consideram a homossexualidade como doença, distúrbio ou perversão⁵ (Conselho Regional de Psicologia, 2011).

Identidade de gênero se estabelece a partir de um processo dinâmico e complexo, que envolve aspectos genéticos, culturais e sociais, no qual as pessoas passam a se identificar com o masculino ou o feminino, não importando seu sexo biológico. Desse modo, podemos afirmar que a identidade de gênero é a forma como o sujeito se vê e como querem que as pessoas o vejam independente do sexo biológico quanto da orientação sexual (Santos, 2014).

De acordo com Barros e Araújo (2016): “Nossa identidade de gênero não é construída somente a partir do corpo biológico, de macho ou fêmea, mas também da intersecção entre os aspectos biológicos, psicológicos, culturais e sociais que nos constituem” (p. 69).

Esses indivíduos são chamados de transgênero e de acordo com o dicionário de língua portuguesa a palavra “trans” significa além de, e gênero é o que identifica homens e mulheres, ou seja, o gênero masculino e feminino como discutido acima. Transgênero vai além do conceito de masculino e feminino. Ser “trans” se refere à questão de identidade de gênero. O transgênero é o indivíduo que não se identifica com o gênero de nascença. Uma pessoa que nasceu homem, mas que não se identifica com o gênero masculino, ou nasceu mulher, mas não se identifica com o gênero feminino (Viñas, 2016).

É muito comum as pessoas confundirem transgênero com homossexual, mas é importante esclarecer que quando uma menina ou menino é homossexual, classifica-se quanto à orientação sexual. E a orientação sexual designa quem a pessoa escolhe para ter uma atividade sexual. Assim, o indivíduo sendo homem e tendo desejo por uma mulher será

⁵ Na nova versão da Classificação Internacional de Doenças, a CID 11 a transexualidade continua como incongruência de gênero. A incongruência de gênero é caracterizada pela incompatibilidade marcada e persistente entre gênero vivido por uma pessoa e o gênero atribuído a ela.

considerado heterossexual; já pelos dois sexos, bissexual, e por pessoas do mesmo sexo, homossexual (Viñas, 2016).

Nesse sentido, discutir orientação sexual nas escolas é importante, pois se trata de um emaranhado de questões históricas, sociais e políticas referentes à educação dos jovens. Em outras palavras trata-se de debater sobre a diversidade sexual presente no mundo, como forma de refletir e sensibilizar a respeito das diferenças, com o intuito de diminuir a homofobia expressa por meio de injúrias, piadinhas, apelidos pejorativos, discursos expostos por meio das mídias sociais, dentre outras formas que levam à evasão escolar.

Em pesquisa recente divulgado na UOL⁶, 82% das mulheres trans e travestis abandonam o ensino médio entre os 14 e os 18 anos, pois muitos desses adolescentes sofreram *bullying*, preconceito, agressões, entraram em depressão e muitas vezes tentaram cometer suicídio. É obrigação da escola como instituição democrática criar condições e estratégias para que esses alunos tenham liberdade de expressão e sintam-se seguros no ambiente escolar, sem medo de agressões tanto físicas como morais.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que a sexualidade como um aspecto do ser humano não se pode separar dos outros aspectos da vida. Ela influencia nossos pensamentos, sentimentos e ações, bem como saúde física ou mental e, portanto deve ser considerada como um direito básico do ser humano. Sendo assim, a sexualidade é indissociável da educação. Dessa forma, a escola tem como responsabilidade formar cidadãos conscientes, críticos e responsáveis.

No entanto, as possibilidades de discussões relacionadas à diversidade sexual no contexto educacional geram muitas polêmicas, uma vez que essas discussões se contrapõem aos valores estabelecidos socialmente, como o da família tradicional (homem e mulher). De um lado, estão os que defendem que essas questões devem ser trabalhadas na educação, de outro – principalmente no Congresso Nacional com a frente parlamentar evangélica e católica – há aqueles que buscam mantê-las longe da educação. Assim, discutir tais questões é confrontar o conservadorismo social para buscar quebrar paradigmas e estigmas engessados, estereótipos, tabus e diversos outros fatores que dificultam a reflexão sobre a referente temática em nosso país (Barros & Araujo, 2016).

⁶ <https://tab.uol.com.br/trans-escola>. Acesso em 30 set. de 2018.

2.2 Educação e políticas públicas relacionadas à diversidade sexual no Brasil

Enquanto instituição democrática, a escola transmite conhecimentos ao mesmo tempo em que socializa, educa e orienta seus alunos, exercendo um papel complementar ao da família. Nesse sentido, a mesma representa, em nível das crianças e adolescentes, uma instituição social importante na qual acontecem algumas das primeiras experiências grupais e a compreensão do mundo social no qual se inserem. Assim, a escola tem a responsabilidade de desenvolver ações educativas que levem a formação ética para a construção de valores que respeitem a diversidade.

Tal responsabilidade veio se concretizando mediante a adoção de políticas públicas por parte do Estado, ações empreendidas por parcelas da sociedade civil organizada, e também pelo resultado público da produção de conhecimento em geral como elemento catalisador de processos sociais em uma sociedade sob a égide da autoridade científica.

No sentido de entendermos a importância do reconhecimento das sexualidades no contexto escolar é fundamental conhecer algumas ações nas políticas públicas nacionais. Assim sendo, inicialmente, é necessário entender o significado de políticas públicas, para isso, segundo Melo et al. (2012) ao citar Sampaio e Araújo Jr., explicam que

A política em si caracteriza-se como o diálogo entre sua formulação e sua implementação, ou seja, a interação entre o que se propõe executar e o que se realmente executa. A formulação de políticas públicas deve ser compreendida, então, como o processo por meio do qual "os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real", possuindo impactos em curto prazo, mas tendo como horizonte temporal primordial o longo prazo (Melo *et al.* 2012).

No Brasil as diferenças ainda são grandes fontes de preconceitos e discriminação, dentro e fora do espaço escolar. Nessa lógica, faz-se necessário que o governo adote medidas para minimizar tal situação. Assim é preciso entender as políticas públicas como um grande avanço ao combate das desigualdades, ainda que não sejam suficientes, são parceiras dos movimentos LGBT e estão unindo as esferas sociais na luta contra o preconceito e a discriminação.

A questão da educação sexual chegou à escola quando foi incluída nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) no final de 1996, em um contexto no qual crescia, no país, o

número de gravidez entre adolescente e a contaminação pelo vírus do HIV que eram grandes temores. Os PCN foram elaborados por equipes de especialistas ligadas ao Ministério da Educação (MEC) e teriam por finalidade estabelecer uma referência curricular e apoiar a revisão e elaboração da proposta curricular dos Estados ou das escolas integrantes dos sistemas de ensino em todo território brasileiro. São referências a todas as escolas do país para que elas garantam aos estudantes uma educação básica de qualidade (Brasil, 1997).

De acordo com os PCN a orientação sexual deve ser trabalhada como um tema transversal, ou seja, por meio da transversalidade, o que significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos encontram-se contemplados pelas diversas áreas do conhecimento que compõem o rol de disciplinas oficiais. Assim, cada uma das áreas deve tratar de temáticas referentes à sexualidade por meio da sua própria proposta de trabalho, a fim de impregnar toda a área educativa (Brasil, 1997).

Segundo os PCN, o trabalho de orientação Sexual deveria ser organizado em três eixos norteadores: corpo matriz da sexualidade, relação de gênero e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids. Sendo assim o tema da diversidade sexual deve ser trabalhado dentro do eixo relação de gênero (Brasil, 1997).

Desse modo, o objetivo do trabalho de educação sexual proposto pelos PCN era contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema liga-se ao exercício da cidadania na medida em que, de um lado, se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro, e, por outro lado, busca garantir direitos básicos a todos, como a saúde, conhecimento e informação. Elementos fundamentais, de um ponto de vista ético, para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes.

Nesse cenário, foi criado também em 1997 a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, se tornando em 2003, Secretaria Especial de Direitos Humanos e é a partir desse período que a agenda LGBT começa a ser gestada na política de direitos humanos. (Pereira, 2016). Porém, essa luta remete à década de 80 em que as movimentações pela redemocratização do país culminam na promulgação da constituição de 88, que dá ao Estado o papel central na promoção de direitos humanos e de bem-estar social (Aragusuku & Lopes, 2016).

A década de 80 também foi marcada por ser uma época de efervescência política, abertura democrática e avanço dos movimentos sociais no Brasil, ou seja, o país que passava por intensas transformações sociais e políticas. Enquanto o movimento feminista alcançava as primeiras políticas públicas, os movimentos LGBT iniciavam sua trajetória política, com a realização dos primeiros encontros de organizações de homossexuais e das primeiras campanhas,

inicialmente voltadas para a afirmação do direito de existência e pela despatologização das homossexualidades, além da construção de uma resposta coletiva à epidemia da AIDS que assolava a comunidade (Aragusuku & Lopes, 2016).

Posteriormente, em 2001, com a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), os grupos de ativismo LGBT no Brasil passam também a priorizar a reivindicação de políticas públicas voltadas à promoção de sua cidadania e direitos humanos, para além da esfera de prevenção da epidemia de HIV/AIDS (Pereira, 2016).

A criação desse conselho vinculado ao Ministério da Justiça foi possível, porque na década de 2000 o Movimento LGBT passa a atuar fortemente junto ao Poder Executivo Federal para a gestação de políticas de direitos humanos e não mais apenas no campo da saúde. Contribuíram para isso a vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) em nível nacional, que passaria a incluir cada vez mais as pautas do Movimento LGBT no Governo Federal, contando com o financiamento de agências internacionais para as ONGs brasileiras na área de direitos humanos (Ferreira, 2016).

O período que corresponde de 2002 a 2006 foi marcado por diálogos frequentes entre o Governo Federal com o movimento LGBT. A relação entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e a ABGLT4 (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais) direcionou este diálogo, já que, no Brasil e no mundo ocidental, os partidos a esquerda têm estado atentos às questões LGBT (Rodrigues & Irineu, 2013).

Símbolo dessa união entre Movimento LGBT e Estado é o lançamento em 2004 do “Brasil sem Homofobia” (BSH), promovendo alguns princípios como a defesa do direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e a não discriminação por orientação sexual; elaboração de diretrizes que orientam o Sistema de Ensino na implementação de ações que promovam o respeito ao cidadão e a não-discriminação por orientação sexual; fomentando e apoiando curso de formação inicial e continuada de educadores na área da sexualidade; formando equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia; estimulando a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual superação da homofobia; apoiando e divulgando a produção de materiais específicos para a formação de professores; divulgando as informações científicas sobre sexualidade humana; estimulando a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação GLTB; criando Subcomitê sobre educação em Direitos Humanos

no Ministério da Educação, com participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas (Brasil, 2004, p. 22).

O programa previa 60 ações, divididas em 11 eixos, voltadas para o apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não governamentais que atuam na promoção da cidadania LGBT. Distribuídas em 11 áreas, envolvendo 8 secretarias e ministérios em torno de três eixos. O primeiro previa a inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de LGBT nas políticas públicas e estratégicas do governo federal. O segundo eixo constituiu-se da produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas destinadas ao combate à violência e à discriminação por orientação sexual. Em seu último eixo, o programa previa o entendimento de que o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (Brasil, 2004).

A partir das propostas do BSH, em 2005, foram implantados 15 Centros de Referência em Direitos Humanos e Cidadania Homossexual (CRDHCH), e, no ano seguinte, outros 30, em todas as capitais estaduais e em algumas das principais cidades do país, com o objetivo de prestar assistência jurídica, psicológica e social à população LGBT (Mello et al., 2012). Desse modo, fica evidente que o BSH impulsionou novas relações entre o Estado brasileiro e as políticas LGBT.

Nesse contexto, torna-se importante salientar que o "Programa de Governo 2003-2006", do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT), não fazia qualquer menção à direitos de pessoas LGBT. No entanto, no "Programa de Governo 2007-2010" do mesmo candidato já constava explicitamente a seguinte ação: "Desenvolver e aprofundar as ações de combate à discriminação e promoção da cidadania GLBT" (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) (Mello *et al.*, 2012).

O período de 2006 a 2010 foi de grande expansão das políticas em nível nacional, na qual podemos citar a medida adotada pelo governo por meio do Decreto da Presidência da República nº. 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Saúde na Escola (PSE). Este programa tem por finalidade realizar ações de promoção da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes e jovens, buscando contribuir para a redução da infecção pelo vírus do HIV e dos índices de evasão escolar causados pela gravidez de alunas na adolescência.

Nesse mesmo ano também foi lançado o Plano Nacional de Enfrentamento à Epidemia da AIDS e IST entre Gays, Homens que fazem sexo com Homens (HSH) e Travestis. Com o objetivo de enfrentar a epidemia da AIDS e das IST (Infecções

Sexualmente Transmissíveis) entre gays, outros HSH e travestis por meio da redução de vulnerabilidades, estabelecendo políticas de prevenção, promoção e atenção integral à saúde.

A diversidade sexual, como se pode perceber, tem causado importantes mudanças nas políticas públicas do Estado brasileiro, não somente com a implementação da proposta pedagógica nos PCN, como tema transversal nas escolas, mas também em outras esferas.

Nesse sentido, o governo continuou com a formulação de outras políticas públicas com o objetivo de minimizar o preconceito contra a diversidade sexual. Em novembro de 2007, o então presidente Lula, convocou a I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizadas de 5 a 8 de junho de 2008, com o tema "Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais".

Convocada por Decreto Presidencial representou um marco na elaboração e construção de políticas públicas em conjunto com a população LGBT fortalecendo a participação social dessa população. É a partir deste evento que a sigla "GLBT" passa a ser LGBT, conferindo maior visibilidade a pauta lésbica. Essa conferência seguiu com os objetivos de avaliar e propor estratégias para fortalecer o "Brasil sem Homofobia" e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas e o plano nacional de promoção da cidadania e direitos humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT (Mello *et al.*, 2012).

Em 2008 foi regulamentado o processo transexualizador no âmbito do SUS e em maio de 2009, foi lançado o "Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais" (LGBT). Neste plano, foram criadas diretrizes para a operacionalização das propostas aprovadas na 1ª Conferência Nacional LGBT, que, dentre elas, consta a implementação de planos de enfrentamento da epidemia da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis entre gays e travestis nas secretarias municipais de saúde. Além de definir diretrizes e ações para a elaboração de políticas públicas de inclusão social, o plano procurou garantir os recortes de gênero, orientação sexual, raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória, especificidades regionais, entre outros (Brasil, 2009).

Nesse mesmo ano foi lançada a Portaria nº 1.820, a qual reconhece o direito da pessoa na rede de serviços de saúde a ter atendimento humanizado, acolhedor, livre de qualquer discriminação ou negação em virtude da idade, raça, cor, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, anomalia, patologia ou

deficiência, garantindo-lhe identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir, em todo documento de usuário e usuária, um campo para registrar seu nome social.

Em 04 de Junho de 2010 instituiu-se o dia 17 de maio como Dia Nacional de Combate à Homofobia. Decreto assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que escolheu esta data como referência ao dia 17 de maio de 1990, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a homossexualidade deixou de ser considerada como doença, distúrbio ou perversão e foi retirada da Classificação Internacional de Doenças (CID) (Pereira, 2016).

Em 2010, o Supremo Tribunal de Justiça, reconheceu a legalidade das adoções por casais homoafetivos. E em 2013 saiu a Resolução de nº. 175, do Conselho Nacional de Justiça que possibilita a habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre as pessoas do mesmo sexo. E também no mesmo ano a portaria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República nº 766, instituiu o sistema nacional de promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e travestis (LGBT).

Esta Portaria instituiu o Sistema Nacional LGBT com a finalidade de organizar e promover políticas de promoção da cidadania e direitos de LGBT, compreendidas como conjunto de diretrizes a serem observadas na ação do poder público e na sua relação com os diversos segmentos da sociedade, inclusive nas escolas.

Nesse contexto é importante salientar que a trajetória das políticas citadas acima não foi isenta de contradições e tensões. Um exemplo em âmbito nacional foi o veto do programa Escola Sem Homofobia (apelidado pejorativamente de Kit Gay). A suspensão desse material no início de 2011, representou o recuo do Governo Federal na implementação de políticas públicas LGBT. A Nação estava sob o início do primeiro mandato do governo Dilma (2011-2014), que, na costura política para obtenção da governabilidade, havia cedido às pressões dos setores conservadores (Aragusuku & Lopes, 2016).

É nesse período que assistimos mais fortemente à organização e à incidência de setores religiosos conservadores e opositoristas da cidadania LGBT nas estruturas do Estado (com mais ênfase no Poder Legislativo), demonstrando também um trânsito entre sociedade civil (igrejas) e sociedade política. Tal configuração reverbera em outros Poderes interferindo na implementação de políticas públicas LGBT, além de travar matérias legislativas do interesse de LGBT no Parlamento. Retrocessos podem ser vistos como a propositura de projetos de lei LGBT

fóbicos/reacionários e o boicote à políticas elaboradas no Executivo. (Pereira, 2016, p. 123).

Por fim, a partir do decreto de nº 8.721 de 28 de Abril de 2016 possibilita-se a utilização do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 1º, caput, inciso III, no art. 3º, caput, inciso IV; e no art. 5º, caput, da Constituição, DECRETA:

Art. 1o Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - nome social - designação pela qual a pessoa travesti ou transexual se identifica e é socialmente reconhecida; e

II - identidade de gênero - dimensão da identidade de uma pessoa que diz respeito à forma como se relaciona com as representações de masculinidade e feminilidade e como isso se traduz em sua prática social, sem guardar relação necessária com o sexo atribuído no nascimento.

Art. 2o Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento e com o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.

Art. 3o Os registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão conter o campo “nome social” em destaque, acompanhado do nome civil, que será utilizado apenas para fins administrativos internos.

Art. 4o Constará nos documentos oficiais o nome social da pessoa travesti ou transexual, se requerido expressamente pelo interessado, acompanhado do nome civil.

Art. 5º O órgão ou a entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional poderá empregar o nome civil da pessoa travesti ou transexual, acompanhado do nome social, apenas quando estritamente necessário ao atendimento do interesse público e à salvaguarda de direitos de terceiros.

Art. 6º A pessoa travesti ou transexual poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em documentos oficiais e nos registros dos sistemas de informação, de cadastros, de programas, de serviços, de fichas, de formulários, de prontuários e congêneres dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor:

I - um ano após a data de sua publicação, quanto ao art. 3º; e

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Brasília, 28 de abril de 2016; 195º da Independência e 128º da República. (Brasil, 2016).

Em resumo, no primeiro mandato do Governo Lula, há um número pequeno de iniciativas governamentais voltadas exclusivamente a pessoas LGBT. Porém esse número cresce significativamente no segundo mandato de governo, no qual as principais demandas do movimento LGBT são atendidas. No início do primeiro mandato do Governo Dilma, no ano de 2011, também observa-se um alto número de iniciativas nesse mesmo sentido. A partir de 2012, no entanto, observa-se uma diminuição nesse número, a exceção de encontros e seminários, principalmente, na área da saúde (Pereira, 2017).

Diante dessa explanação, percebe-se que as políticas formuladas nos últimos anos, por meio de portarias, projetos ou leis, em defesa dos direitos dos homossexuais brasileiros têm permitido avaliar com mais clareza a grave extensão da violação dos direitos e garantias fundamentais para o cidadão. No entanto, faz-se necessário compreender até que ponto estas discussões conseguem atingir o cotidiano das salas de aula e como os professores podem contribuir para a abordagem desta temática em sala de aula, uma vez que, discutir novas políticas de inclusão das minorias sexuais e de gênero exige, por parte dos educadores, uma experimentação de novas formas do uso da linguagem que possam produzir enfrentamento a padrões sexistas ou homofóbicos.

Embora os profissionais da educação estejam formalmente comprometidos com os direitos humanos, não se pode deixar de minorar os retrocessos como a alteração ocorrida na

Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017. Essa alteração consistiu na retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” dos trechos a seguir:

Art. 16 Os componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem articular em seus conteúdos, a partir das possibilidades abertas pelos seus referenciais, a abordagem de temas abrangentes e contemporâneos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual. Temas como saúde, sexualidade e ~~gênero~~, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural devem permear o desenvolvimento dos conteúdos da base nacional comum e da parte diversificada do currículo."

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, ~~orientação sexual~~, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer. Qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.

Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) e a necessidade de respeitar, valorizar e acolher a diversidade de indivíduos, sem preconceitos baseados nas diferenças ~~de sexo, de identidade~~ de gênero e de ~~orientação sexual~~. (Brasil, 2017).

Vale salientar que a medida provisória de nº 870/19, assinada pelo atual presidente da república, Jair M. Bolsonaro (PSL) retirou a população LGBT da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos Direitos Humanos.

Criado por medida provisória em 2001, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD) citado no texto acima, foi extinto em abril deste ano. O conselho tinha como objetivo formular, propor e monitorar as políticas públicas voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos das lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans.

Também em abril de 2019 foi assinado um decreto que determinou a extinção, de conselhos, comissões, fóruns e outros colegiados da administração pública a partir de 28 de junho/2019. Porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o presidente não pode extinguir, por decreto, conselhos da administração federal que tenham amparo em lei, como o Conselho Nacional de Direitos Humanos, mas este não é o caso do CNCD.

Em 28 de junho/19, com o fim do prazo dado pelo Planalto para a extinção de conselhos, comissões e afins, o então presidente em exercício, Hamilton Mourão, assinou decreto que mantém em funcionamento 32 comitês consultivos. Um dos Conselhos criados pelo decreto assinado foi o “Conselho de Combate à Discriminação”, no entanto, o texto não cita a pauta LGBT como de competência do conselho⁷. Como podemos notar a atual conjuntura política brasileira tem se mostrado menos promissora às demandas por direitos da população LGBT desde a posse do atual presidente da República (Simões, 2016).

A possibilidade de discussões relacionadas com questões referentes à diversidade sexual, no contexto educacional, gera muitas polêmicas, uma vez que essas discussões se contrapõem aos valores estabelecidos socialmente, como os da família tradicionalmente aceita. De um lado, estão os que defendem que essas questões devem ser trabalhadas na educação, de outro – principalmente no atual congresso contando com expressiva frente parlamentar evangélica e católica – aqueles que buscam mantê-las longe da educação. Assim, discutir essas questões é buscar superar o conservadorismo social em termos morais, quebrar paradigmas e estigmas engessados, estereótipos, tabus e diversos outros fatores que dificultam a reflexão sobre esse tema em nosso país (Barros & Araújo, 2016).

Sendo assim, subsistem políticas públicas voltadas para a diversidade sexual nas escolas, mas talvez elas ainda não estejam sendo eficazes porque as relações que se processam no cotidiano social e do ambiente escolar ainda não as assimilarem de todo. Pois caberia aos profissionais da Educação (professores, equipe pedagógico-administrativa e demais funcionários/as da escola) mostrar que a diversidade sexual deve ser discutida.

A escola atual é vista como um ambiente em que se pretende desenvolver no educando conhecimentos, competências, habilidades e atitudes que o levem a ser um cidadão. Além disso, a escola é um lugar de encontro social, onde as relações são marcadas, muitas vezes, por conflitos, devido às diferenças socioculturais. Situações de desrespeito, de

⁷ <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/01/03/o-que-acontecera-com-os-direitos-lgbt-no-governo-bolsonaro.htm>

incompreensão, de exclusão e de violência fazem parte do dia a dia escolar quando o assunto é sexualidade e orientação sexual (Dayrell, 2007). É um dos grandes desafios da escola no mundo atual se constitui na superação das formas de discriminação que excluem e inferiorizam sujeitos.

A problematização e análise de questões que favoreçam a reflexão e a ressignificação de informações e valores recebidos e vividos no decorrer da história de cada aluno são fatores importantes ao se trabalhar com Educação. E temas como sexualidade e diversidade sexual, são temas difíceis de serem trabalhados, uma vez que seu estudo, visa à conscientização de que existem muitas diferenças entre os indivíduos com relação às suas formas de pensar, de agir e de olhar a vida, principalmente para os alunos da Educação Básica que estão no processo de formação enquanto cidadãos.

Nesse sentido é importante compreender como a noção de diversidade sexual tem sido apropriada nos espaços escolares pelos professores, entendendo a diversidade sexual como uma grande pluralidade em que as sexualidades dos seres humanos se manifestam, levando em consideração a identidade e a diferença, que podem ser vistas como fatores culturais determinados pelos agrupamentos simbólicos que a compõem. E tratar do tema diversidade sexual a partir dos saberes e fazeres docentes pode levar a refletir sobre como as sexualidades, ou temas referentes à diversidade sexual, estão sendo trabalhados no ambiente escolar hodierno. Embora a diversidade sexual seja um tema presente no cotidiano dos alunos, permanece um assunto pouco discutido na sala de aula.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

3.1 Teoria das Representações Sociais

Segundo Spink (2004), as representações são construções ontológicas, psicológicas, sociais, culturais e históricas, ou seja, são fenômenos complexos e seus conteúdos devem ser cuidadosamente estudados.

Outro autor que pontua sobre o assunto, Jovchelovitch (2011), explica que a representação social envolve um processo fundamental da vida humana e esse processo está implícito no desenvolvimento da mente, da sociedade e da cultura. Ela é um fenômeno que envolve um processo simbólico e social, que contém as dimensões cognitivas e também sociais, sendo a representação construída pelas inter-relações sujeito-outro-objeto.

Quando falamos em representações sociais, estamos nos referindo tanto a um fenômeno como a uma teoria. Enquanto fenômeno é um conjunto de regularidades empíricas que compreendem que as ideias, os valores e as práticas de comunidades estão relacionados com os processos sociais e aos objetos sociais específicos. Enquanto teoria apresenta um conjunto de conceitos (ancoragem, objetivação, comunicação, polifasia cognitiva e outros) que são articulados e que buscam explicar como os saberes sociais são produzidos e transformados em processo de comunicação e interação social (Araújo, 2014).

A teoria das representações sociais é uma das três principais perspectivas teóricas da abordagem sociológica da Psicologia Social. Trata-se da versão de Serge Moscovici sobre o senso comum, entendendo este como forma socialmente elaborada, difundida e aceita de interpretação da realidade, uma teoria sobre os saberes sociais (Araújo, 2014).

Segundo Moscovici (2012)

A Representação Social se relaciona a forma dos sujeitos sociais avaliarem um objeto e construírem nele um significado, esse significado passa a ser reproduzido e compartilhado pelo grupo, atuando no senso comum e se tornando uma regra de comunicação [...] (p. 56).

Portanto, a teoria interessa-se pelo fenômeno específico das representações sociais, entendendo-as como saberes produzidos pela vida cotidiana, que são as teorias do senso comum. Estas teorias têm origem nas práticas sociais e nos diversos grupos e têm como função dar sentido à realidade social, produzir identidades e orientar condutas (Araújo, 2014).

Para Moscovici (2012), o conhecimento do senso comum não se contrapõe ao conhecimento científico, apenas é de outra ordem, uma forma de saber diferenciado tanto na sua formação quanto na sua função. Sendo assim, além de ser plural, porque envolve tantos os processos intraindividuais como os psicológicos, sociais, culturais, históricos e ontológicos, está intimamente ligado ao mundo da vida e da experiência vivida de uma comunidade, o que demarca seus referenciais de pensamento, ação e relacionamento.

Para compreendermos melhor as formas de construção das representações sociais, faz-se necessário entender que Moscovici (2012), separa três dimensões do contexto social pelo qual as representações sociais têm que passar, para que de fato se efetivem na sociedade. Essas dimensões são: informação (organização dos conhecimentos que um grupo possui acerca de um objeto); campo de representações (a imagem que o grupo constrói do objeto, o modelo referente aos aspectos mais precisos da representação do objeto social) e atitudes (orientação global favorável ou desfavorável, tomada de posição diante do objeto de representação).

Sendo assim, a atitude é ligada à história do indivíduo ou do grupo, a informação distingue níveis de conhecimento do objeto e esses dois elementos do conteúdo se estruturam no campo da representação. A análise dessas dimensões permite descrever as linhas sociais de separação dos grupos, comparando o conteúdo das representações (Santos, 1994).

Por isso, “a Teoria das Representações Sociais entende que o homem é um sujeito contextualizado social e histórico, constituído na relação com o outro, sendo um sujeito que constrói a realidade social e é por ela construído em uma relação concomitante e ativa” (Santos, 1994). E é nesse sentido que a Teoria das Representações Sociais procura contribuir com diferentes estudos e pesquisas, trazendo fundamentos com base em teorias da sociedade e também teorias do sujeito; na intenção de resgatar o compromisso com o social e o indivíduo, mostrando que sociedade e sujeito não caminham separados (Santos, 1994).

No que se refere à elaboração das representações sociais, Moscovici (2012) propõe dois processos como sendo fundamentais: a objetivação e ancoragem. A objetivação é o mecanismo que tenta transformar o que é abstrato em concreto, transformando um conceito em uma imagem, unindo a ideia de não familiaridade com a de realidade. É uma forma de simplificar o objeto o suficiente para torná-lo comum e óbvio para o grupo. Assim, a objetivação implica em dois movimentos, sendo a naturalização e classificação. Enquanto a naturalização dá realidade e concretude ao símbolo; a classificação associa essa realidade a um sistema de referências instituído pela sociedade, dando um aspecto simbólico a esta realidade (Araújo, 2014).

A ancoragem, por sua vez, é o processo que transforma algo desconhecido em algo conhecido, nesse processo, o objeto novo (conceito, imagem) é reajustado para que se enquadre na categoria já conhecida pelo sujeito. Ela consiste em um processo de assimilação, enquadre de novas representações em um sistema de conhecimentos prévios e familiar. A ancoragem e a objetivação permitem a transformação do não familiar em familiar, esses são os dois processos que geram as Representações Sociais (Araújo, 2014).

As representações sociais podem constituir o ponto de partida para o reconhecimento da diversidade sexual, a partir dos processos de ancoragem e objetivação. Esses processos podem possibilitar a compreensão e a familiarização com essa temática, permitindo a desconstrução de crenças e opiniões distorcidas acerca das identidades sexuais e de gênero que constituem os preconceitos e discriminações manifestadas através da homofobia (Souza et al., 2017).

Nessa direção, Souza *et al.* (2017), ao citarem Moscovici complementam: “Todos nossos ‘preconceitos’, sejam nacionais, raciais, geracionais ou quaisquer que alguém tenha, somente podem ser superados pela mudança de nossas representações sociais da cultura, da “natureza humana” e assim por diante” (Souza et al., 2017).

Os preconceitos envolvem percepções mentais negativas contra indivíduos e grupos socialmente considerados inferiorizados. Assim, envolvem representações sociais e julgamentos antecipados que possuem componentes referentes às crenças e estereótipos, incluindo antipatias e aversões que resultam em discriminações, ou seja, na materialização dos preconceitos (Souza *et al.*, 2017).

Entretanto, não é possível determinar um conceito unitário de preconceito, pois este possui várias nuances que envolvem uma conduta rígida frente a diversos objetos e aspectos variáveis de acordo com as representações da pessoa com preconceito. Desse modo, a ausência de experiência e reflexão, requisitos fundamentais para o indivíduo alcançar a compreensão e o (re)conhecimento das diferenças, pode caracterizar ou promover o preconceito (Souza et al., 2017). Dessa forma, os preconceitos criados em torno da diversidade sexual deriva, de conhecimentos parciais que ocasionam representações precipitadas. Em geral, tais representações são fundamentadas em normas, padrões ou convenções sociais que dificultam a reflexão e a busca de conhecimentos acerca de determinado tema, como a diversidade sexual.

Para Seffner (2013): (...) “a escola é um terreno de experimentação dos modos de ser homem e de ser mulher, e cada vez mais é um terreno de expressão da diversidade de orientação sexual” (Seffner, 2013, p. 154). Contudo, o papel tradicional da escola tende a

reprimir as experimentações acerca de sexualidade e gênero, contribuindo para a manutenção das normas sexuais e dos padrões acerca do masculino e do feminino, o que reforça a homofobia e outras formas de preconceito (Seffner, 2013).

Muitas representações acerca da diversidade sexual, por exemplo, já chegam prontas, pois são definidas no interior de uma estrutura social, reproduzindo um conjunto de ideias e pensamentos hegemônicos em determinado contexto social. Essas representações impostas históricas e socioculturalmente formam um sistema de “teorias espontâneas”, pois, de tanto serem ouvidas e justificadas, acabam sendo compreendidas como pensamentos e concepções naturalizadas. Entretanto, a representação também possui um caráter construtivo, que admite reconstruções. Assim, as representações acerca de temas como a diversidade sexual podem ser reconstruídas em proveito da pluralidade e diversidade de sujeitos (Souza *et al.*, 2017).

3.2 Método

Para atingir os objetivos propostos no presente estudo, servimo-nos da pesquisa qualitativa, que, segundo Silveira (2009)

(...) não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. Preocupando-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (p.31).

Nesse sentido, trabalha-se com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Este método adotado na pesquisa será o norteador do processo investigativo, no intuito de garantir maior rigor do conhecimento apropriado neste assunto (Silveira, 2009).

Ao analisar as representações sociais dos professores acerca da diversidade sexual visamos à compreensão da forma como tais representações poderiam influenciar, ou contribuir, para a construção ou desconstrução de preconceitos e discriminações que perpassam o ambiente escolar. As informações obtidas foram organizadas por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2011), e para a análise desse conteúdo, foram utilizados núcleos temáticos de representação social.

Buscando investigar as questões anteriormente apresentadas lançou-se mão dos seguintes procedimentos: levantamento bibliográfico inicial, análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola em foco, observação não participativa em campo, entrevistas e diário de campo.

A fim de realizar uma aproximação do campo de pesquisa efetivaram-se contatos com a direção da escola e com os professores. Buscou-se esclarecer a intencionalidade do estudo e a garantia da não exposição de nenhum dos participantes a situações que pudessem representar algum tipo de constrangimento, conforme descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido entregue a todos os envolvidos nesta investigação. Essa etapa aconteceu no HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) da escola realizado sistematicamente às segunda-feira das 17:50 às 18:50 horas.

O HTPC é o tempo estabelecido pelas escolas das redes municipal e estadual de ensino, com o intuito de reunir professores e coordenadores para a discussão, análise e proposição de soluções que possam atender as necessidades educacionais coletivas apresentadas periodicamente. Este tempo está incluído na carga horária semanal dos profissionais da Educação.

Após esses esclarecimentos iniciou-se a fase exploratória propriamente dita, a fim de chegar a uma definição mais precisa do objeto de estudo. Assim, levantou-se as questões colocadas inicialmente, fazendo os primeiros contatos, identificando fontes de dados para a pesquisa, além de determinar os procedimentos e instrumentos de coleta de dados.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), esta fase preliminar é de extrema importância e tem a finalidade de proporcionar mais informações sobre o assunto a ser investigado, possibilitando sua definição e seu delineamento, isto é, facilitando a delimitação do tema da pesquisa e fixação dos objetivos.

Essa primeira etapa (a fase exploratória) durou de março de 2018 a abril de 2018, quando se realizou um levantamento documental, histórico, teórico e político do tema de diversidade sexual na escola. Para conhecer qual é o debate desta temática na Educação, foram analisadas teses e dissertações que tratam da problemática, disponíveis no banco de dados *Scielo*, que se sintetizou no capítulo sobre os estudos que antecederam esta pesquisa.

Conhecer um pouco mais sobre a realidade da escola e de todo o processo de ensino aprendizagem que nela ocorre e, ao mesmo tempo, trazer elementos que pudessem contribuir para a coleta de dados, junto aos professores, causou uma grande inquietação. Para isso, utilizou-se o diário de campo; instrumento a partir do qual pôde-se registrar fatos que foram considerados importantes para a posterior análise desse estudo.

A entrevista piloto foi realizada com a coordenadora pedagógica que se ofereceu voluntariamente para participar desta pesquisa. Mesmo que o foco deste estudo se dirija aos professores considerou-se importante entrevistá-la, pois possui um papel fundamental na dinâmica pedagógica da instituição. Mesmo não estando envolvida diretamente na sala de aula, tem contato diário e direto com os professores, alunos e com seus responsáveis, além de conhecer os currículos de cada disciplina e possuir uma noção abrangente do processo de ensino e aprendizagem.

Os sujeitos entrevistados que participaram dessa pesquisa tiveram sua identidade preservada, sendo assim adotando nomes fictícios para fins de sistematização e análise deste estudo. Foram considerados como critérios de exclusão desta pesquisa os sujeitos que não se encontravam na situação descrita, a recusa da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o não interesse em participar desta investigação.

Após as entrevistas formuladas sob a forma de um roteiro semiestruturado, os professores foram comunicados sobre a devolução da sua narrativa, no entanto, nenhum dos entrevistados sentiu a necessidade de fazer quaisquer alterações em suas argumentações, permanecendo as transcrições de tais entrevistas da maneira como foram feitas quando da fase inicial da coleta de dados.

3.3 O campo de investigação: a Escola Winston Churchill

Nesta seção, apresentarei o contexto da Escola Estadual Winston Churchill, campo desta pesquisa, seus aspectos históricos, físicos, humanos e sua inserção na cidade de Sertãozinho enquanto instituição pública de ensino fundamental e médio.

A Escola Estadual Winston Churchill esta situada na Rua Antônio Malaquias Pedroso, 1430 no centro da cidade de Sertãozinho/SP. Foi fundada em 24 de dezembro de 1940, quando a Sociedade Ginásio de Sertãozinho Ltda firmou contrato com a Prefeitura Municipal, iniciando suas atividades em 1941.

Até esse momento o curso Ginásial funcionava no prédio localizado no cruzamento das atuais ruas Barão do Rio Branco e Expedicionário Solano. Em fevereiro de 1950, o governo do Estado de São Paulo passou a administrar o curso Ginásial de Sertãozinho. E em 1957 o atual prédio foi construído com a denominação de Colégio Estadual de Sertãozinho dando continuidade ao ginásio e os professores credenciados por concurso. Para tanto, no ano de 1965, a escola foi elevada à condição de Instituto de Educação Winston Churchill e recebeu o curso Colegial, hoje Ensino Médio.

É necessário situar a história da escola no quadro geral da história da educação do país, os acontecimentos políticos e as políticas públicas da época para entender a relação da escola na comunidade. Na época do surgimento da escola, em 1950, acontecia a expansão da escola pública no Estado de São Paulo, ou seja, a escola pública começava a atender mais intensivamente a população que antes não tinha acesso ao ensino.

A escola tornou-se famosa entre os habitantes do Município pela rigidez com que estabelecia os costumes da época referentes à metodologia tradicional utilizada, os uniformes, a relação professor-aluno, e toda a visão de educação que essa década trazia como a mais “adequada”. Nesse momento, as pessoas que pertenciam a elite do município e que já estudavam nessa escola, juntaram-se à parcela da população que antes estava às margens deste processo. Ainda assim, poucos eram os que nesta permaneciam. A sociedade mudou e a escola também sofreu transformações e adequações pertinentes à filosofia e política educacionais vigentes.

Atualmente, a escola trata-se de uma “escola modelo” e por esse motivo atende alunos da cidade e municípios vizinhos como Barrinha/SP, contando com três turnos: matutino, diurno e noturno. O primeiro turno funciona das 7 h às 12 h 20 min, atendendo aos alunos do Ensino Médio. Já o segundo turno, funciona das 12 h 40 min às 18 h e atende a alunos de 6º ao 9ºano do Ensino Fundamental.

O turno noturno funciona das 19 h às 22 h 30 min e atende a cinco turmas de cursos profissionalizantes como Administração, Logística e Recursos Humanos da ETEC, além de três turmas do ensino médio regular. O espaço físico da escola é distribuído em um prédio com dois andares, sendo que no primeiro funciona a parte administrativa da escola (secretaria, supervisão, sala dos professores, direção e uma sala de departamento de pessoal), laboratório, sete salas de aula, 4 banheiros (masculino e feminino) sendo dois para uso dos professores e funcionários, refeitório, cantina e duas quadras. O andar superior possui oito salas de aula, um banheiro e biblioteca.

O quadro de servidores é composto por 26 funcionários, sendo uma diretora; um vice-diretor; uma coordenadora; uma professora mediadora; uma secretária; duas auxiliares de secretaria; sete agentes de organização escolar; uma bibliotecária; nove auxiliares de serviços gerais e quinze professores que lecionam para o ensino fundamental e médio.

A Escola Winston Churchill vem formando gerações e sempre está envolvida em eventos sociais, oficinas, cursos de atualização e promoções. Os professores não medem esforços, assim como a comunidade escolar, que se envolve em todas as atividades junto com a escola, alcança resultados positivos em diversas avaliações externas

3.4 As entrevistas

A entrevista pode ser definida como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (Boni, 2005).

Nesse sentido a entrevista assegura a criação de uma relação de interação, em que o sujeito entrevistado pode narrar sobre a temática proposta na pesquisa, contribuindo para elucidar a importância das práticas docentes levando em consideração a diversidade sexual.

A fim de explicar os objetivos proposto pela pesquisa, optou-se por fazer as entrevistas formuladas sob a forma de um roteiro semiestruturado, que se encontra nos apêndices. Boni, (2005) ao citar Lakatos, (1996) afirma que

A preparação da entrevista é uma das etapas mais importantes da pesquisa que requer tempo e exige alguns cuidados, entre eles destacam-se: o planejamento da entrevista, que deve ter em vista o objetivo a ser alcançado; a escolha do entrevistado, que deve ser alguém que tenha familiaridade com o tema pesquisado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado em fornecer a entrevista que deverá ser marcada com antecedência para que o pesquisador se assegure de que será recebido; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes (para.7).

Diante dessas fundamentações, o roteiro para entrevista que serviu de instrumento norteador foi elaborado. Antes de iniciar as entrevistas com os professores, a entrevista piloto foi realizada com a coordenadora pedagógica que se ofereceu voluntariamente para participar desta pesquisa. Mesmo que o foco deste estudo se dirija aos professores considerou-se importante entrevistá-la, pois mesmo não estando diretamente na sala de aula, tem contato diário e direto com os professores, alunos e com seus responsáveis, além de conhecer os currículos de cada disciplina e possuir uma noção abrangente do processo de ensino e aprendizagem.

As demais entrevistas aconteceram no HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) da escola realizado sistematicamente as segunda-feira das 17:50 às 18:50 horas. Também nessa mesma etapa, os participantes tomaram conhecimento do Termo de Consentimento Livre Esclarecimento e por meio da entrevista, obteriam dados para analisar a

prática dos professores e apropriações de discursos que estes fazem no processo de socialização e aprendizagem, levando em consideração o tema da diversidade sexual na escola. Esclareci ainda que não existem respostas certas ou erradas e que as entrevistas seriam gravadas para, depois, transcrever o áudio, ficando os dados disponíveis para futuras consultas.

O diário de campo foi utilizado durante o período de observação e coleta de dados, sempre datados, sinalizando os sujeitos envolvidos e a situação observada. O diário de campo se caracteriza por ser um instrumento de registro diário, além de fazer parte das técnicas de pesquisa (Estevam, 2012). Sendo assim o diário de campo foi um instrumento de grande relevância na coleta de informações.

3.5 Os participantes da pesquisa

Colaboraram com esse estudo, sete professores do Ensino médio com idade entre 24 e 52 anos, de diferentes formações acadêmicas. Um participante foi utilizado para entrevista piloto, os demais colaboraram na coleta de dados durante as entrevistas.

Os sujeitos entrevistados que participaram dessa pesquisa tiveram sua identidade preservada, adotando nomes fictícios para fins de sistematização e análise deste estudo.

O quadro a seguir resume os dados dos perfis dos professores entrevistados:

Tabela 2

Perfil dos sujeitos entrevistados

	Marcelo	João	Lucia	Michelle	Katia	Viviane	Débora
Data da Entrevista	11/02/2019	11/02/2019	18/02/2019	25/02/2019	18/03/2019	10/12/2018	25/03/2019
Idade	30	33	45	46	46	46	52
Formação	Ciências Sociais (UFSCAR)	Física (Unimes)	História (Moura Lacerda)	Matemática (Barão de Mauá)	Letras (São Luiz)	Letras (São Luiz)	Letras (São Luiz)
Cargo	PEB II - Sociologia	PEB II - Física	PEB II - História	PEB II - Matemática	PEB II - Inglês	Coordenadora	PEB II - Portugêses
Situação	Efetivo	Efetivo	Efetiva	Efetiva	Efetiva	Designada	Efetiva
Turmas	1º, 2º e 3º anos	1º, 2º e 3º anos	1º, 2º e 3º anos	1º, 2º e 3º anos	1º, 2º e 3º anos	1º, 2º e 3º anos	1º, 2º e 3º anos
Tempo na escola	1 ano	2 anos	23 anos	18 anos	23 anos	5 anos	20 anos

Fonte: elaborado pela autora.

Conforme a tabela, percebemos dois grupos com características particulares. Um primeiro grupo formado por professores que têm em torno de um a cinco anos de atuação na escola. O segundo grupo composto pelos professores que têm mais de dez anos de trabalho na mesma escola.

A primeira pessoa que aceitou o convite para participar da entrevista piloto que aconteceu no dia 10 de dezembro de 2018 foi a coordenadora pedagógica, que apresenta um papel fundamental na dinâmica pedagógica da instituição. A coordenadora pedagógica apresenta entre suas principais funções: Realizar a ponte entre família e escola, para que ambas possam construir juntas uma educação de qualidade; Organizar conselhos de classe e apresentar sugestões para que as diferentes práticas de ensino-aprendizagem possam obter resultados efetivos nos alunos; Formação continuada dos professores, para mantê-los sempre atualizados e alinhados com a metodologia que a escola segue e promover debates para que haja construção coletiva de ideias e planejamentos para promover uma educação de qualidade.

Ao chegar à escola, fui recebida pela mesma a qual me conduziu até sua sala. Por ser fim de ano letivo a escola estava tranquila. Assim, iniciei a conversa me apresentando como ex-aluna da escola e discente do Programa de Pós-graduação em Educação Sexual da UNESP-Araraquara e esclareci os objetivos da pesquisa. Expliquei a importância deste estudo para as pesquisas em Educação e pedi a ela que tomasse conhecimento do Termo de Consentimento e, em seguida, o assinasse para iniciarmos a entrevista. Viviane expressou sua alegria ao ver uma ex-aluna, retornando à escola como pesquisadora.

Informei à Viviane que iria lhe fazer alguns questionamentos e que ela poderia ficar à vontade para responder. Falou um pouco sobre sua experiência pessoal e profissional na escola. Ela possui 46 anos é natural de Barrinha e ocupa o cargo de coordenadora pedagógica do Ensino Médio há cinco anos. Viviane é servidora designada e está há cinco anos na escola.

A segunda pessoa que aceitou o convite para participar desta pesquisa foi Marcelo. A conversa com Marcelo se iniciou em maio de 2018 quando em HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo) da escola realizado sistematicamente às segundas-feiras das 17:50 às 18:50 horas. Esclareceu a intencionalidade do estudo e a garantia da não exposição de nenhum dos participantes às situações que pudessem representar algum tipo de constrangimento, conforme descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido entregue a todos os envolvidos nesta investigação.

Ao chegar à escola, me dirigi até a secretaria para esperar o professor. No horário em que combinamos, Marcelo chegou e me direcionou para a sala dos professores, onde foi feita a entrevista. Marcelo tem 30 anos de idade e é formado em Ciências Sociais, pela UFSCAR.

Atua na escola como professor de Sociologia para as turmas dos 1º, 2º e 3ª anos do Ensino Médio. A entrevista com esse professor aconteceu na sala dos professores e se tornou importante para este estudo pelo fato de que ele trabalha na escola há apenas um ano, o que, de certa forma agregaria no que condiz ao seu olhar enquanto professor recém-chegado.

A terceira pessoa entrevistada foi o professor João, que possui 33 anos de idade, é natural de sertãozinho e formado em Física pela UNIMES. João está na instituição há dois anos e apresentou-se aberto para discutir as questões propostas no roteiro semiestruturado da entrevista. A entrevista com o professor João aconteceu na segunda semana do mês de fevereiro de 2019 e foi realizada na sala dos professores.

O quarto entrevistado foi a professora de história, Lucia, que possui 45 anos de idade e é formada pela instituição Moura Lacerda. A professora, ao longo da entrevista, se mostrou aberta a discutir as questões propostas, bem como trouxe exemplos de acontecimentos em seu cotidiano em sala de aula.

O quinto entrevistado foi a professora Michelle, formada em matemática pela instituição Barão de Mauá. Michelle faz parte do grupo docente da escola há 18 anos. Mostrou-se feliz ao ver uma ex-aluna, e relatou a importância dessa temática no campo da Educação. A mesma revelou questões importantes durante a entrevista.

O sexto entrevistado foi a professora de Inglês, Katia, que está na escola há 23 anos. Utilizamos a sala dos professores e a entrevista trouxe significativa importância para esta pesquisa. A mesma relatou ações ocorridas na escola, como também escolas pelas quais passou.

O sétimo e última entrevistada foi a professora de Língua Portuguesa Débora, que leciona na escola há vinte anos. A entrevista com Débora foi realizada na última semana de Março, na sala dos professores.

Tendo em vista as entrevistas realizadas e a pesquisa bibliográfica concluída, passaremos às análises das argumentações dos professores entrevistados.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

A fim de atingir os objetivos proposto no estudo, optou-se por analisar as entrevistas realizadas considerando como “núcleo figurativo” inerentes às representações dos sujeitos a “compreensão da diversidade sexual inserida no contexto escolar e perspectivas de atuação da escola e professores”.

4.1 Compreensão da diversidade sexual inserida no contexto escolar e perspectivas de atuação da escola e professores

Com o intuito de investigar as representações sociais dos professores sobre o tema da diversidade sexual na escola levamos em consideração as apropriações de discursos que estes fazem no processo de socialização e aprendizagem dos alunos. Durante as entrevistas, solicitei aos entrevistados argumentar sobre seu conhecimento a respeito do Tema Diversidade Sexual e como o mesmo aparece na escola.

Cabe ressaltar que tomamos por base de análise acerca da compreensão de diversidade sexual aquela sustentada por Junqueira (2007), levando em consideração tanto a identidade, como os fatores culturais e simbólicos que compõem cada indivíduo.

Em princípio as falas mostraram-se positivas, porém à medida que as entrevistas seguiram constatou-se que a maioria dos entrevistados tinha a ideia de que se tratava de “determinismo biológico”, enquanto o restante expressava a ideia de ser uma “escolha” ou “opção sexual”. Vejamos alguns relatos dos professores a esse respeito:

É a relação com a genética, o conflito entre o físico e o mental. (Prof. Michelle)

Desde quando o outro escolhe ser o que naturalmente era para ser. Agente tem que respeitar. (Prof. Michelle)

A diversidade sexual hum [...] refere-se de maneira inclusiva a toda diversidade de sexos e gêneros. (Prof. João)

É uma escolha. (Prof. Lucia)

É uma opção sexual. (Prof. Marcelo)

Embora os professores tenham afirmado que respeitem a diversidade sexual e não tenham admitido qualquer forma de preconceito contra indivíduos que destoam do modelo heteronormativo, pode-se notar em seus relatos, a partir da análise de suas representações

sociais, alguns indícios de preconceito sutil expresso de forma camuflada; isto na medida em que o credo biologicista aparece como substrato comum as opiniões de todos como se verá.

Ainda relacionado ao conhecimento sobre o tema da diversidade sexual, foi questionado aos professores como eles conseguem perceber a existência da diversidade sexual na escola. Dos entrevistados somente um afirmou que a diversidade sexual não aparece sob a forma de preconceito na escola.

No ano de 2017 tivemos uma aluna “trans” e todos na escola a tratavam muito bem, porém no meio do ano letivo parou de estudar. Os alunos estão compreendendo mais facilmente a presença da homossexualidade e aprendendo a respeitá-la (Prof. Viviane).

Já os demais professores afirmaram que a diversidade sexual aparece na forma de preconceito e está associada à demanda posta pelos sujeitos os quais são rotulados como “afeminados” seguido de outros comentários regulados pela heteronormatividade. Os professores também revelaram que existem piadinhas entre os adolescentes cuja decorrência é promoção de um ambiente preconceituoso dentro da sala de aula.

Outros professores reconheceram que a diversidade sexual, aparece, em grande parte das vezes, em comentários maldosos também entre professores.

Tem muitos professores que tratam a temática com comentários jocosos, em tom de deboche, tratando a temática de uma forma pejorativa. E a gente nota isso, geralmente, na hora, geralmente na hora do recreio, onde eles colocam para fora as coisas que acontecem em sala de aula (Prof. Marcelo).

Durante as entrevistas uma professora afirma que existe um projeto na escola, implementado pela Secretaria de Educação, chamado “Vale Sonhar”.

Aqui na escola temos o projeto vale sonhar, mas quem trabalha com ele é a professora de Biologia. Uma vez, disponibilizei uma aula minha para a professora trabalhar. Ele é dividido em três oficinas, e tem como objetivo motivar o jovem a prevenir a gravidez na adolescência e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (Prof. Débora).

Embora o projeto não trabalhe a diversidade sexual, existe na escola um projeto que se preocupa em discutir algumas questões sobre o assunto. Nas entrevistas, quando os professores foram questionados sobre a formação docente referente à temática da diversidade sexual, todos enfatizaram a carência acerca da sexualidade e diversidade sexual na formação docente inicial.

Na minha formação não tive praticamente nada a respeito do tema (Prof. Marcelo).

Academicamente não tenho formação, mas, como cidadão eu convivo diariamente com amigos e familiares que fazem parte da comunidade LGBT, o que me dá condição de alguma forma lidar com algumas situações (Prof. João).

Somente em relação ao nome social (Prof. Lucia).

Não possuo dentro da formação acadêmica, porém em minha formação continuada desenvolvi metodologias para abordar o tema de forma natural (Prof. Michelle).

Formação de vida, de experiências, não técnica ou teórica (Prof. Débora).

Compreende-se que, a totalidade desses professores não se sente preparados para dialogar com questões dessa natureza em suas aulas, pois alegam carecer de um “conhecimento teórico” sobre a concepção da diversidade sexual. Tal despreparo pode ser o gerador de certo “silenciamento” por parte dos professores.

Durante as entrevistas verificou-se também que o comportamento dos alunos que fogem às normas sexuais causa certo estranhamento, pois eles deveriam seguir o comportamento convencional, independente de sua orientação sexual. Embora essa pesquisa não tenha se proposto analisar o comportamento de meninas e meninos no espaço escolar, é de suma importância discutir esta questão visto que também emergiu através das entrevistas com os professores. Vejamos alguns relatos dos professores a esse respeito:

Constantemente digo a eles que, independente da opção sexual, temos que ser seres dignos. Ter um comportamento natural, não precisa escandalizar (Prof. Débora).

Sempre trabalhei com jovens do ensino médio e acompanhei todas as mudanças ocorridas ao longo dos anos. Porém, parece que a sociedade perdeu completamente a noção das regras de convívio e respeito. Em sala de aula já tive que lidar com alunos que falavam sobre relação de sexo anal, enquanto eu tentava dar aula. Diante disso, fica difícil pensarem em respeito mútuo, já que eles pensam que podem tudo, pelo simples fato de serem diferentes. Constantemente tento trabalhar com eles o respeito

próprio, a quebra de paradigmas, porém a maior parte já escolheu um modelo de conduta completamente inadequado. Acredito que, se houver respeito de todas as partes, os problemas diminuirão. Vejo isso em sala de aula, pessoas com comportamentos inadequados dentro e fora da escola e que reclamam o tempo todo de desrespeito. Ser professor se transformou em desafio quase impossível, pois não conseguimos efetivar o processo de ensino aprendizagem em uma sociedade que carece de ter conhecimento específico das disciplinas [...] (Prof. Lucia).

Mesmo constatando que nem todas as entrevistas trouxeram relatos de comportamentos inadequados, os tratamentos preconceituosos entre os alunos, como ofensas, constrangimentos e agressões verbais, têm sido uma constante na rotina da escola. E, disto, todos entrevistados compartilham da mesma representação cujo núcleo figurativo tomamos como referência para nossas análises.

Buscando evidenciar durante as entrevistas, como a homofobia aparece no ambiente escolar, solicitei aos entrevistados argumentar sobre seu conhecimento a respeito do assunto. Quando questionados sobre terem ou não ouvido falar sobre o termo homofobia, os entrevistados responderam que já ouviram falar sobre o assunto e até mesmo apresentaram alguns relatos. Porém as concepções dos professores revelaram conhecimentos bastante parciais por meio de representações reducionistas acerca desse tema. A seguir, alguns relatos:

Pavor a homossexuais (Prof. Marcelo).

Preconceito muito forte em todos os seguimentos (Prof. João).

Preconceito principalmente dentro das famílias, fazendo com que muitos não se assumam (Prof. Lucia).

É aversão a gays lésbicas e travesti (Prof. Michelle).

Agressões físicas e verbais a uma pessoa que escolheu se relacionar com outra pessoa do mesmo sexo (Prof. Débora).

Os relatos acima abarcam representações reducionistas acerca da homofobia, visto que, de modo geral, a maioria dos professores compreende a homofobia somente na dimensão do senso comum reverberando a aversão e rejeição por grande parte da sociedade aos homossexuais.

No entanto, na conversa com a coordenadora pedagógica da escola, Viviane revelou que esse tipo de situação não acontece interfere nas salas de aula.

Não temos esse tipo de questão em sala de aula [...]

Neste sentido, observa-se que a coordenadora pode não se dar conta do que verdadeiramente acontece no ambiente escolar. É importante destacar esse fato porque a profissional é de suma importância no ambiente escolar e pode ser fundamental na resolução de algumas situações de conflito na instituição.

Em relação às vivências e práticas relativas à homofobia, os professores revelaram ter presenciado situações de preconceitos e agressões psicológicas. No entanto, alguns professores não consideram os apelidos pejorativos como uma prática homofóbica, o que ocorre devido à visão de homofobia como um conjunto de prática e de comportamentos restrito às agressões físicas. Todavia, aponta-se que a formação religiosa também pode contribuir para a manutenção da homofobia e de outras formas de preconceitos que permeiam a escola e toda a sociedade.

Já vi comentários de alunos contando que é contra as leis de Deus e já presenciei alunos e professores fazendo comentários irônicos sobre comportamentos e aparência de alunos homossexuais [...] (Prof. Marcelo).

[...] dentro da sala de aula já vi meninos pedindo para outros meninos virar homem imitando o diferente [...]” (Prof. Michelle).

Michelle ainda relata:

Há violência contra essas pessoas tanto verbal quanto física, fora e dentro da escola e que são veiculadas pela mídia constantemente [...] (Prof. Michelle).

Sim é por isso que tento agir contra essa situação (Prof. Lucia).

Já presenciei brincadeiras, mas nunca algo tão forte ou excludente (Prof. Katia).

Apesar de a homofobia constituir uma violência psicológica e social, a maioria dos professores não a representa como tal, como atestado pelos fragmentos de relatos acima. Esses mesmos relatos expressam representações reducionistas acerca da homofobia, as quais foram apreendidas, também, nos questionários, visto que, de modo geral, a maioria dos professores compreende a homofobia somente na dimensão do senso comum preconceituoso cuja aversão e rejeição aos homossexuais são uma constante. Ainda que a questão das

agressões verbais também tenha sido apontada, é visível que a representação literal do termo homofobia ainda prevalece devido à falta de informações atualizadas acerca de um tema tão relevante para o âmbito escolar. O uso de termos inadequados “homossexualismo”, “condição”, “opção sexual”, foi recorrente nas falas dos professores, o que desvela uma deficiência na atualização quanto aos termos, tanto na formação inicial e continuada. Além disso, a influência da religião também pôde ser vislumbrada nas representações.

4.2 Conclusões

A sociedade é formada por seres diversos quanto à maneira de pensar, agir, sentir, se expressar, relacionar e viver a vida. Tal pluralidade relaciona-se também a forma como os seres humanos interagem sexualmente e afetivamente. Isto significa que não existe um modo único de se relacionar entre as pessoas (Jesus, 2008). Nesse sentido, a diversidade sexual é a expressão usada para nomear as várias formas de expressão da sexualidade humana, assim sendo, a homossexualidade, assim como a bissexualidade e a heterossexualidade, integram a diversidade sexual (Junqueira, 2007).

Assim durante as entrevistas, uma vez solicitado aos entrevistados que argumentassem sobre seu conhecimento a respeito do tema Diversidade Sexual compreendeu-se que na grande maioria das entrevistas, os professores responderam imediatamente, e que, outros precisaram de algum tempo para elaborar suas respostas. Contudo todos ressaltaram a importância da discussão sobre a diversidade sexual no ambiente escolar. Ora, se em princípio, o conjunto de falas mostrou-se positivo, à medida que as entrevistas seguiram constatou-se que a maioria tinha a ideia de que se tratava de “determinismo biológico”, e que o restante mantinha a ideia de ser uma “escolha” ou “opção sexual” e não de orientação sexual.

Outro aspecto observado nas entrevistas é o de que embora os professores tenham afirmado que respeitavam a diversidade sexual, e não tenham admitido preconceito contra alunos LGBT, pode-se notar em seus relatos a partir da análise das representações sociais, alguns indícios de preconceito sutil expressos de forma por vezes velada.

Transformar palavras, assuntos, seres e objetos não familiares em algo significativo, próximo, atual e familiar consiste em uma tarefa complexa, na qual a ancoragem e a objetivação permitem a transformação do não familiar em familiar, construindo uma rede de significados que dão coerência e aproximação com valores sociais, naturalizado e integrado à realidades concretas, tornando-se compreensível e utilizável na ação sobre os outros e o

mundo (Moscovici, 2012). Esse processo de construção permite a incorporação social das novidades por meio da classificação e da explicação, modificando visões preexistentes, possibilitando a familiarização do estranho em decorrência da transformação do objeto novo/não familiar (desconhecido e abstrato) em algo familiar (reconhecido e concreto). Nesse processo, tal como expõe D. Jodelet (1993), modificam-se as ideias preexistentes de modo a permitir uma readequação ao presente.

No entanto, as representações expressas pelos professores acerca da diversidade sexual como “escolhas” ou “opções” remetem-nos ao pouco conhecimento que possuem sobre essa temática, alicerçando formas de preconceito sutil; uma das faces de julgamentos antecipados advindos das normas, características e papéis impostos socialmente aos indivíduos, de forma latente e camuflada (Borrillo, 2009). Vale acrescentar que o preconceito possui várias faces que envolvem uma conduta rígida frente a diversos objetos e aspectos variáveis de acordo com as representações da pessoa em questão. Desse modo, a ausência de reflexão, requisito fundamental (embora não suficiente) para o indivíduo alcançar certa compreensão e o reconhecimento das diferenças, pode caracterizar ou promover o preconceito (Souza *et al.*, 2017).

Portanto, se evidencia duas formas de expressão do preconceito: o manifesto definido como uma forma mais direta e aberta de expressar atitudes negativas, que inclui elevada rejeição à intimidade e às emoções positivas acerca de indivíduos ou grupos sociais; e o preconceito sutil, que representa uma forma mais silenciosa, velada ou disfarçada de expressar opiniões hostis acerca desses mesmos sujeitos ou grupos (Lima & Vala, 2009).

No mundo atual, os indivíduos são confrontados com inúmeras informações, então novas questões como a diversidade sexual, por afetarem de algum modo suas representações sociais, por meio de mecanismos de ancoragem e objetivação, necessitam ser compreendidas visando a uma aproximação com aquilo que já é familiar, utilizando palavras que conformam o repertório de cada um. Nesse contexto, podem ser mantidas convenções e normas sexuais e de gênero que, a partir do emprego de termos “inadequados”, ocasionam diversos tipos de preconceitos (Souza *et al.*, 2017).

Desse modo, na sociedade contemporânea são produzidas novas formas de expressão do preconceito. Isto de modo que tudo se passe sem, ao menos aparentemente, “ferir o princípio da igualdade”, o que pode dar a impressão ingênua de que o preconceito está de fato diminuindo, quando na verdade, ele se expressa de modo camuflado. Pois, apesar dos indivíduos não concordarem ou aceitarem de fato determinadas diferenças, predomina um discurso por vezes ancorado no “politicamente correto”, ou baseado na ideia do simples

respeito e do livre-arbítrio (Souza *et al.*, 2017). É importante compreender que o termo “opção sexual” vem sendo substituído pelo termo “orientação sexual”, na medida em que o objeto do desejo sexual de cada um não se revela como uma opção ou escolha consciente das pessoas, mas antes o resultado de um processo profundo, contraditório e extremamente complexo de constituição própria.

Nas entrevistas, ao questionar os professores sobre como conseguem perceber a existência da diversidade sexual na escola, foram expressos conteúdos em suas falas que demonstram que as representações de muitos deles continuam ancoradas em convenções sociais que insistem na imposição da heteronormatividade. Portanto, a heterossexualidade é ainda considerada como a única identidade sexual legítima e que detém a garantia plena da cidadania, pois somente essa tende a ser reconhecida na esfera pública (Souza *et al.*, 2017). Nesses casos tal ancoragem acaba dificultando a efetiva objetivação das representações em torno da diversidade sexual, pois “o novo”, ao invés de transformar antigas crenças, termina sendo incorporado e utilizado para reafirmar a relevância da manutenção das normas sociais vigentes; e, assim, as identidades não heterossexuais continuam sendo marginalizadas (Souza *et al.*, 2017).

A escola é um terreno de experimentação dos modos de ser homem e de ser mulher, e, paradoxalmente é cada vez mais um terreno de expressão da diversidade de orientação sexual. Todavia, o papel tradicional da escola está direcionado para reprimir as experimentações em relação à sexualidade e ao gênero, contribuindo para a manutenção das normas sexuais e dos padrões ainda vigentes acerca do masculino e do feminino, o que reforça a homofobia e a não aceitação de comportamentos que a sociedade julga inadequados (Seffner, 2013).

Nesse sentido, durante as entrevistas verificou-se que o comportamento dos alunos que fogem as normas sexuais causa certo estranhamento, pois deveriam seguir o comportamento padrão esperado independente de sua orientação sexual. Cabe ressaltar aqui que o comportamento esperado é considerado, pela sociedade em geral, como meninos devem ser mais competitivos e agressivos enquanto as meninas devem ser mais recatadas e contidas. O papel social é uma das características atribuídas aos sujeitos em função de seu gênero, assim, o mesmo está associado ao papel sexual e de como o sujeito deve se apresentar. E esse modo de se comportar, as condutas e os papéis assumidos são inevitavelmente moldados pela sociedade e pela cultura (Barros & Junior, 2016).

Embora essa pesquisa não tenha se proposto analisar o comportamento de meninas e meninos no espaço escolar, é de suma importância discutir esta questão visto que essa

questão emergiu através das entrevistas com os professores. Em seus relatos os professores frequentemente mencionavam o comportamento de alguns alunos que, segundo eles, possuíam comportamentos exagerados, histriônicos, chegando a relatarem experiências sexuais abertamente em sala de aula.

Nesse sentido, os alunos citados nas entrevistas, ao não apresentarem comportamentos de acordo com seu gênero os incomodavam profundamente. Verifica-se aí, a despeito do que consideram como falta de respeito em sala de aula, uma “aceitação camuflada” em relação à orientação sexual do aluno homossexual em sala de aula, pois sua inclusão estaria subjugada à condição de que o sujeito se mantenha discreto, ou seja, que não demonstre sua orientação sexual publicamente. O aluno pode se manter na sala de aula desde que aparente ser heterossexual. Desta forma, expressar a orientação sexual, na escola, não se torna fator incorporável pedagogicamente para o convívio com as diferenças no âmbito da sexualidade, ou mesmo de um comportamento sexual a altura de uma sociedade esclarecida. Trata-se ainda de algo proibido e que fere os princípios de moralidade e da suposta boa convivência.

Segundo Junqueira (2015), a vigilância das normas de gênero que, de certa forma, ocorre nas escolas cumpre papel central na pedagogia do armário, que é constituída de dispositivos e práticas curriculares de controle, ocultação e silenciamento, ao quais agem como forças heterorreguladoras de dominação simbólica, deslegitimação de corpos, saberes, práticas e identidades.

As representações acerca da diversidade sexual, já chegam prontas no ambiente escolar, pois são definidas no interior de uma estrutura social e, assim, acabam impondo certo modo ideológico de pensar, isto é, de reproduzir um conjunto de ideias e pensamentos hegemônicos em determinado contexto social. Essas representações predominantes histórica e socioculturalmente conformam um sistema de “teorias espontâneas”, pois, de tanto serem reproduzidas terminam por se naturalizarem (Souza et al., 2017).

Mesmo considerando que nem todas as entrevistas trouxeram relatos de comportamentos inadequados, os tratamentos preconceituosos entre os alunos, como ofensas, constrangimentos e agressões verbais, têm sido uma constante na rotina da escola, e, neste ponto, todos os entrevistados compartilham da mesma ideia.

Portanto, pode-se inferir que os alunos considerados diferentes pela sociedade como um todo, continuam sendo, desde muito cedo, expostos às múltiplas estratégias do preconceito e à regimes de controle e vigilância da heteronormatividade dentro da escola por parte dos agentes educacionais.

De certa forma, a heteronormatividade está presente no cotidiano da escola, enraizando, com ela, o pensamento sexista. Com isso, alunos que poderiam estar convivendo em harmonia acabam deixando de lado o processo de ensino e aprendizagem e se colocam à margem de uma sociedade que ainda é desigual. Ao se falar sobre educação de qualidade, é necessário, antes de tudo, conhecer e compreender o público para o qual a Educação necessita atingir. Professores bem preparados, boas condições físicas e pedagógicas da escola e um ambiente escolar mais acolhedor e menos excludente são condições mínimas necessárias para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem, algo que tanto se almeja no campo da Educação (Junqueira, 2015). A homofobia representa um fenômeno complexo e variado que envolve preconceitos (sutis ou manifestos) e discriminações, por meio de violências psicológicas (agressões verbais, distinções, exclusões, restrições ou preferências) e violências físicas que anulam e prejudicam o reconhecimento e o exercício pleno da cidadania por parte dos indivíduos ou grupos com identidades sexuais e de gênero destoantes do modelo heterossexual (Junqueira, 2007).

Segundo o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2012, no ano da pesquisa houve 9.982 denúncias de violações dos direitos humanos de pessoas LGBT, bem como pelo menos 310 homicídios de LGBT no país, um quadro que vem se repetindo todos os anos (Toni & Edla 2017). Desse modo, esses dados demonstram que o preconceito no Brasil está relacionado ao sexismo, contra as distintas expressões do gênero demonstrando o não enquadramento aos padrões heteronormativos de masculinidade e feminilidade.

Ao refletir sobre o conceito homofobia nas escolas, portanto, destaca-se como tarefa educacional prioritária frente ao crescimento dos comportamentos homofóbicos expressos a partir das representações negativas e manifestações de insultos, hostilidades e agressões físicas contra sujeitos destoantes da norma hegemônica, ou seja, simplesmente por não ser heterossexual (Junqueira, 2007).

Nas entrevistas quando os professores foram questionados sobre o que entendem por homofobia os relatos abarcam modos reducionistas acerca do que compreendem por homofobia, visto que, de modo geral, a maioria dos professores a compreende somente na dimensão do preconceito, aversão e rejeição aos homossexuais. Ainda que a questão das agressões verbais tenham lugar no ambiente educacional, é visível que o termo homofobia ainda prevalece devido à falta de informações atualizadas acerca de um tema tão relevante para esse âmbito. O uso de termos “homossexualismo”, “condição”, “opção sexual”, foi

recorrente nas falas, o que desvela uma deficiência que se perpetua na formação para o magistério.

Nota-se que as representações apontam desde a não existência de maiores esclarecimentos em torno da questão da homofobia, até um olhar mais atento e abrangente, confirmando que as representações constituem um fenômeno psicossocial que está ancorado tanto na esfera pública quanto nos processos educacionais que possibilitam aos indivíduos construir suas identidades. Apesar de a homofobia constituir uma violência psicológica e social, a maioria das pessoas não a representa como tal. Contudo, quando tal violência é interiorizada sob a forma de injúrias, insultos, condenações morais, há diversas consequências na vida de jovens que dela são alvos. Muitos jovens sofrem distúrbios psicológicos, como sentimentos de culpa, ansiedade, vergonha, depressão, o que leva à exclusão social e, em alguns casos, comete-se até suicídio.

Desse modo, a confluência entre os níveis psicológicos e social deve ser melhor refletida para se compreender mais profundamente os elementos constantes que facilitam, estimulam ou banalizam a homofobia (Souza et al., 2017).

Em pesquisa recente divulgado na UOL, 82% das mulheres trans e travestis abandonam o ensino médio entre os 14 e os 18 anos, pois muitos desses adolescentes sofreram *bullying* e entraram em depressão; muitas vezes tentaram cometer suicídio.

A agressão verbal é reconhecida como uma forma de homofobia, contudo, por vezes, os professores banalizam as violências verbais e psicológicas, e, em alguns casos, até mesmo participam dessas agressões preconceituosas, consideradas por eles como “brincadeiras”.

Desta forma, tais práticas de homofobia, por vezes sutis, ocasionam graves consequências na vida dos alunos que diferem do padrão heterossexual. Assim, considera-se que, se há um silêncio ou desconhecimento acerca da homofobia, existe também uma produção da homofobia que não é nada silenciosa, bem como de práticas que reiteram a heteronormatividade de modo constante. Na medida em que os professores não abordam o tema ou omitem falar sobre, estão cada vez mais reforçando práticas discriminatórias e homofóbicas no ambiente escolar.

Os preconceitos envolvem percepções mentais negativas contra indivíduos e grupos socialmente considerados inferiorizados. Assim, envolvem representações sociais e julgamentos antecipados que possuem componentes cognitivos (referentes às crenças e estereótipos), afetivos (incluindo antipatias e aversões) e disposicionais ou volitivos que resultam em discriminações, ou seja, na materialização dos preconceitos (Souza et al., 2017). Portanto, percebemos por meio das entrevistas que embora todos os professores tenham

afirmado que respeitam a diversidade sexual e não tenham admitido preconceito contra alunos LGBT, em seus relatos fica evidente a relação entre diversidade sexual e fator biológico. Ou seja, o indivíduo que foge a heteronormatividade “nasceu assim”, por isso precisamos respeitar, não levando em consideração a orientação sexual. Vislumbrando indícios de preconceito sutil expresso de forma camuflada e negada, cabendo ressaltar que o preconceito sutil caracteriza-se por um discurso camuflado ou velado que encobre os reais sentimentos e crenças acerca do indivíduo ou grupo social.

Também durante as entrevistas fica evidente que o comportamento dos alunos que fogem as normas sexuais os incomoda, pois aqueles precisariam seguir o comportamento socialmente esperado independente de sua orientação sexual. Assim, embora possam manter certo contato e tolerância em relação à diferença no âmbito da sexualidade, os discursos dos agentes educacionais referentes ao preconceito deixam latente que todos aqueles que cujo comportamento destoa da heteronormatividade estão agindo de maneira inapropriada e condenável no contexto social por não possuírem as características e as condutas legitimadas socialmente. Como resultado tem-se que não se educa para a diversidade sexual.

Também durante as entrevistas notou-se que os professores sinalizaram a existência da diversidade sexual na escola pesquisada, bem como a presença de discussões acerca do tema; muito embora tenham deixado claro o fato de responsabilizarem a formação ou preparação que não seja por parte das universidades, seja como apoio em termos de formação continuada por intermédio dos projetos desdobrados das políticas públicas do Estado. Fato que revela o próprio desinteresse, ou incapacidade, do Estado, no caso da Secretaria estadual da Educação do Estado de São Paulo, em dialogar com estas temáticas nas escolas estaduais. Principalmente no atual cenário político brasileiro de inclinação fortemente conservadora, com discursos legitimadores de mortes de civis e de ódio em relação às minorias; discursos os quais se produzem e se reproduzem velozmente nas mídias sociais contra a população LGBT.

Preconceitos sutis e abertamente declarados estão cada vez mais presentes na sociedade, além disso, a escola está cercada de agentes de moral que exercem uma vigilância sobre as ações escolares no terreno do gênero e da sexualidade, no sentido de reforçar a orientação considerada correta para as crianças (Souza et al., 2017). Compreende-se que crianças não nascem preconceituosas e que a escola não apenas transmite e constrói conhecimento, mas também reproduz padrões sociais, perpetuando valores e “fabricando sujeitos” (Nogueira, 2002). Nesse sentido, faz-se necessário que a discussão sobre diversidade sexual aconteça no ambiente escolar, pois quando o indivíduo foge à

heteronormatividade predominante na sociedade, acaba se deparando com grandes resistências em meio à homofobia prevalente.

Nessa perspectiva, ressalta-se que, entre as medidas públicas de combate à homofobia, uma das principais iniciativas ocorreu em 2004, quando surgiu o programa de Combate a Violência e a discriminação GLBT e de Promoção da Cidadania, foi o conhecido programa “Brasil sem Homofobia” (CNCD & Ministério da Saúde, 2004). No entanto, de acordo com as entrevistas realizadas na escola, este programa não chegou diretamente às escolas, seja na forma de projetos interdisciplinares ou de legislações específicas.

Analisar as representações acerca desse tema continua sendo um enorme desafio, levando-se em consideração a amplitude de questões polêmicas que o tema engloba, e também por ser um assunto ainda tão velado na escola pública e na sociedade brasileira de um modo geral (Koehler, 2009). Desse modo, os protótipos e discursos vigentes que ditam regras sobre como as sexualidades devem ser e se mostrar, necessitam ser problematizados a partir do questionamento pedagógico e análise crítica dos padrões hegemônicos, visando promover uma reeducação sexual que reconheça a pluralidade de sujeitos, valores e condutas, e, desse modo, desconstruir representações fundamentadas em ditames sociais ainda dominantes excludentes (Souza et al., 2017).

4.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo a Lei de nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases que regula todo o processo educacional no país, o tema Orientação Sexual deveria estar inserido na escola como tema transversal, a partir de três eixos norteadores, sendo esses: corpo matriz da sexualidade, relação de gênero e prevenção das Doenças sexualmente transmissíveis/Aids. Com a promulgação dessa Lei a discussão sobre a diversidade sexual entrou no eixo norteador das discussões sobre as relações de Gênero. Nesse sentido, a proposta de orientação sexual contida nos PCN se caracteriza por trabalhar o esclarecimento e a problematização de questões relativas às práticas sociais na sociedade, a fim de favorecer a reflexão sobre valores e emoções recebidos e vividos no decorrer da história de cada um. Ressaltando a importância de abordar a sexualidade não somente do ponto de vista biológico, mas, principalmente, em relação aos seus aspectos sociais, culturais, políticos econômicos e psíquicos.

A LDB tornou relevante discutir esse assunto na escola, uma vez que essa instância não apenas reflete o entendimento das sexualidades e dos gêneros que a sociedade entende como correto, mas também produz sob formas de entendimento. Neste cenário, ganham

importância as representações sociais, os saberes e fazeres docentes, suas práticas em sala de aula e no ambiente escolar como um todo. Isso tendo em vista que a escola possui grande importância na informação e formação dos cidadãos ainda na infância e no período da adolescência, pois é neste espaço que se pode tratar de temas como o da diversidade sexual de forma crítica e inclusiva.

Diante do exposto, faz-se indispensável que a academia continue promovendo reflexões sobre as diversas práticas educativas nas escolas, bem como sobre a função dos docentes no processo de socialização, ensino e aprendizagem, levando-se em conta a importância do reconhecimento da diversidade sexual dos alunos das escolas brasileiras.

Existem políticas públicas voltadas para a diversidade sexual nas escolas, especialmente aquelas oriundas do governo federal. No entanto, estas políticas ainda são insuficientes em comparação com a grande demanda por parte da formação dos professores e dos alunos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconizou a sexualidade como um aspecto do ser humano que não se pode separar dos outros aspectos da vida. Ela influencia nossos pensamentos, sentimentos e ações, bem como saúde física ou mental e, portanto, deve ser considerada como um direito básico do ser humano. Assim concebida, a sexualidade tornou-se indissociável da educação. Dessa forma, a escola tem como responsabilidade inescapável e inadiável formar cidadãos conscientes, críticos e responsáveis.

Contudo, conclui-se que trabalhar a temática diversidade sexual no contexto escolar culmina em grandes dificuldades na atualidade. Sabe-se que não é uma tarefa de responsabilidade de apenas um professor de determinada área, mas trata-se de um assunto que requer um trabalho engajado e o incentivo ao estudo coletivo e à pesquisa sempre que houver necessidade, para que haja a diminuição de dúvidas diante do assunto. Ou seja, é preciso construir conhecimentos sólidos sobre a diversidade sexual nas escolas para que haja diminuição da homofobia e dos tabus envolvidos no ambiente escolar. E, nesse sentido, salienta-se a relevância da abordagem das temáticas referente à diversidade sexual nas licenciaturas, de modo que os professores sejam instigados/as a rever suas representações, frequentemente compostas por preconceitos. Somente assim, possam a vir adotar modalidades didáticas que permitam acolher a multiplicidade de sujeitos no ambiente escolar, pautando-se nos direitos humanos, na equidade, no reconhecimento, e, por fim, contribuindo para a desconstrução de todas as formas sutis e declaradas de preconceitos e discriminações.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altmann, H. (2000). **Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8641.pdf>.
- Araújo, S. A., & Junior, J. M. B. (2016). **Gênero, Identidade e Diversidade Sexual: Levantamento Bibliográfico de Discussões dessa temática no âmbito Escolar**. Recuperado de <http://www.journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/article/view/994.pdf>
- Araújo, V. P. S. **Educação e diversidade(s): qual a cor da homofobia no arco-íris da escola?** 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, Brasil, 2012.
- Araújo, E. L. (2014). **Representações sociais da maternidade por mulheres adolescentes**. Recife: Autor.
- Beauvoir, S. (1997). **O segundo sexo: A experiência vivida (Vol.2. 2.ed)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.
- Bardin, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- Borrillo, D. (2009). A homofobia. In T. Lionço, D. Diniz, Debora (Orgs.), **Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio** (pp. 15-46). Brasília: Letras Livres: EDUnB.
- Boni, V., & Quaresma, S. (2005). **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais**. Em Tese, 2(1), 68-80. doi: <https://doi.org/10.5007/%x>
- Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. (1998). **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>
- Brasil. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (2004). **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Recuperado de http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf
- Brasil. Ministério da Educação. (2009). **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico racial, gênero, orientação sexual, geracional, territorial, pessoas com necessidades especiais (deficiência) e socioeconômicas**. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>
- Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). (2009). **Programa Nacional de**

- Direitos Humanos (PNDH-3).** Recuperado de <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf>
- Brasil. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT.** Brasília, 2009. Recuperado de http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nacional_lgbt_2009.pdf
- Brasil. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017. Recuperado de http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
- Bruns, M. A. T., & Pinto, M. J.C. (2003). **Vivência Transexual:** o corpo desvela seu drama. Campinas: Átomo.
- Campos, L. M. L. (2015). **Gênero e diversidade sexual na escola:** a urgência da reconstrução de sentidos e de práticas. *Ciência & Educação* (Bauru), 21(4), I-IV. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1516-731320150040001>
- Camargo, A. M. F. R.C. (1999). **Sexualidade(s) e infância(s):** a sexualidade Como um tema transversal. São Paulo: Moderna e Campinas: Ed. da Unicamp.
- Cano, M. A. T., & Ferriani, M.G.C. (2000). **Sexualidade na adolescência:** um estudo. Bibliográfico. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/1444/1478.pdf>.
- César, Maria Rita de Assis. (2009). **Gênero, sexualidade e educação:** notas para uma "Epistemologia". *Educar em Revista*, (35), 37-51. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602009000300004>
- Conselho Regional de Psicologia. (2011). **Psicologia e diversidade sexual.** (Caderno Temático 11). São Paulo: Autor.
- Dayrell, J. **A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300022>. Pdf
Recuperado de http://www.kaplan.org.br/valesonhar_exibe.asp?id=53&idt=20.
- Estevan, B. S. (2012). **Reflexões sobre o diário de Campo.** Recuperado de <https://www.webartigos.com/artigos/reflexoes-sobre-o-diario-de-campo/82508/>
- Feitosa, L. C. **Sexualidade Romana:** para além dos paradigmas atuais. *Rev. Doxa*, v 17, n.1 e 2, p.295-308,2013.I SSN 1413-2060. Recuperado de <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/index>
- Ferreira, A. B. H. (2001). **Minidicionário da Língua Portuguesa.** 4. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

- Figueiró, M. N. D. (1998). **Revendo a história da educação sexual no Brasil**: ponto de partida para construção de um novo rumo. Recuperado de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/84>.
- Figueiró, M. N. D. **Educação sexual**: como ensinar no espaço da escola. Linhas, Santa Catarina, v. 7, n. 1, p. 1-21, 2006.
- Freire, P. (2018). 'Ideologia de gênero' e a política de educação no Brasil: exclusão e manipulação de um discurso heteronormativo. *Ex aequo*, (37), 33-46. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.22355/exaequo.2018.37.03>
- Giddens, A. (2005). **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed.
- Jesus, B. (2008). **Diversidade Sexual na escola**: uma metodologia de trabalho com adolescente e jovens. São Paulo: Ecos - comunicação em sexualidade.
- Junqueira, R. D. ; Henriques, R. & Camusca, M. A. **Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: Ministério da Educação, 2007.
- Junqueira, R. D. **Temos um problema em nossa escola**: um garoto afeminado demais. *Pedagogia do armário e currículo em ação*. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 4, n. 2, p. 221-239, ago./dez. 2015.
- Jodelet, D. **Représentations Sociales**: un Domaine en Expansion. In: _____ (Ed.). *Les Représentations Sociales*. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda. Judith Alves-Mazzotti. Rio de Janeiro: UFRJ - Faculdade de Educação, 1993, p. 31-61. Disponível em: <http://docplayer.com.br/36945-Representacoes-sociais-um-dominio-em-expansao-denise-jodelet.html>.
- Jovchelovitch, S. **Os contextos do Saber: representações, comunidade e cultura**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- Junior, P. S. F. **Nem tão azul, nem tão rosa**: os professores e suas representações do diferente no contexto escolar. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2011.
- Koehler, S. M. F. (2009) **Representação social da homofobia na cidade de Lorena-SP**. Recuperado de <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3340/3256>
- Lima, M. E. O.; Vala, J. “As novas formas de expressão do preconceito e do racismo”. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 9, n. 3, p. 401-411, 2004.

- Louro, G. L. (1997). **Gênero, sexualidade e educação**: uma Petrópolis, RJ: Vozes perspectiva pós-estruturalista..
- Louro, G. L. (2001). **Teoria queer**: uma política pós-identitária para a **educação**. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.
- Marcon, Amanda Nogara, Prudêncio, Luísa Evangelista Vieira, & Gesser, Marivete. (2016). **Políticas públicas relacionadas à diversidade sexual na escola**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(2), 291-302. <https://dx.doi.org/10.1590/2175-353920150202968>
- Moscovici, S. **A Psicanálise, sua Imagem e seu Público**. Petrópolis: vozes, 2012.
- Moscovici, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- Negreiros, T. C. G. & e Feres, C. T.. **Masculino e feminino na família contemporânea**. *Estud. pesquis. psicol.* [online]. 2004, vol.4, n.1, pp. 0-0. ISSN 1808-4281.
- Neves, A. L. M (2015) **Representações sociais de professores sobre diversidade sexual em uma escola paraense**. *Psicologia Escolar e Educacional*, 19(2), 261-270. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/2175-3539/2015/0192831>
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE**. (1975). Recuperado de <http://www.who.int/country/bra/en>.
- OS MUROS DA ESCOLA. (2017). **Os desafios de jovens transgêneros para sobreviverem aos pátios e salas de aula no Brasil**. Recuperado de <https://tab.uol.com.br/trans-escola/#os-muros-da-escola?cmpid=copiaecola>
- Parâmetros Curriculares Nacionais. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>.
- Pereira, C.F (2016). **Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil**. *RIDH | Bauru*, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2016 (6)
- Pereira, G. R., & Bahia, A. G. M. F. (2011). **Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola**: desafios à construção de um ambiente de aprendizado livre, plural e democrático. *Educar em Revista*, (39), 51-71. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000100005>
- Priore, M. D. (2011). **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta do Brasil.
- Suplicy, M.(1999). **Sexo se Aprende na Escola**. 2 ed. São Paulo: Ed. Olho d'Água.

- Reis, T. & Eggert, E. (2017). **Ideologia de Gênero: uma falácia Construída sobre os planos de educação brasileiros**. *Educação & Sociedade*, 38(138), 9-26. <https://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302017165522>
- SILVA, L. de S., & RAIMUNDO, M. F. (2017). **Sexualidade e gênero na escola: histórico, leis e a atuação do psicólogo** (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto, SP, Brasil.
- Rodrigues, M., & Irineu, B. (2013). As Políticas Públicas para população LGBT no Brasil e seus impactos na conjuntura internacional: “Para Inglês ver”? In **X Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle>
- Seffner, F. (2013). **Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar**. *Educação e Pesquisa*, 39(1), 145-159. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022013000100010>
- Seffner, F. **“Equívocos e armadilhas na articulação entre diversidade sexual e políticas de inclusão escolar”**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: UNESCO, 2009. p. 125-140.
- Simões, J. & FACCHINI, R. & CARRARA, S. **Diversidade sexual e de gênero no contexto sóciopolítico brasileiro atual. Informativo especial da Associação Brasileira de Antropologia - Balanços parciais a partir de perspectivas antropológicas**. Fev, 2016. pp. 1-4.
- Spink, M. J. P. **O conhecimento no Cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Santos, M. F. S. (1994). **Representação social e a relação indivíduo-sociedade**. *Temas em Psicologia*, 2(3), 133-142. Recuperado em 23 de novembro de 2019, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000300013&lng=pt&tlng=pt.
- Souza, E. J. S. & Joilson, P. & Santos, Claudiene. (2017). **Representações de docentes acerca da diversidade sexual e homofobia**. *Revista Estudos Feministas*, 25(2), 519-544. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p519>
- Stearns, P. N. (2010). **História da Sexualidade**. São Paulo: Contexto.
- Scott, J. (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*, 20 (2), 71-99.

Vinas, S. (2017). **Transgêneros: preconceitos, discriminação e o modelo autodeterminativo para o direito.** Recuperado de <https://sandravinas.jusbrasil.com.br/noticias>.

APÊNDICE 1: AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Autorização para realização da pesquisa – Escola

Informo que a discente Lilian de Sousa Silva apresentou uma proposta de pesquisa de mestrado, sob a orientação do Prof. Dr. Dr. Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP, solicitando que a mesma seja realizada na Escola Estadual Winston Churchill, com alunos do Ensino Médio.

Estou ciente que o objetivo da pesquisa é analisar o papel do professor que atua nesta escola em relação ao processo de socialização e aprendizagem levando em consideração a diversidade sexual dos alunos, e que os procedimentos da pesquisa incluem: entrevista, observação e gravações em áudio das entrevistas. Além disso, fui informado/a que os professores serão escolhidos voluntariamente e que podem deixar de participar a qualquer momento da pesquisa, que a identidade de todos os participantes não será divulgada.

Também estou ciente de que a pesquisa não envolve qualquer gasto para os professores e nem para a escola, que existe a possibilidade de a participação oferecer algum incômodo aos participantes (tal como sentir-se constrangido ou desconfortável), e fui informada, pelo pesquisador, que estas situações serão sempre evitadas e se necessário corrigidas.

Caso eu deseje, por qualquer motivo que seja esclarecer algum aspecto ético do projeto e/ou das atividades desenvolvidas no mesmo, sei que poderei entrar em contato com os pesquisadores ou com o Programa de Pós-graduação em Educação sexual. Afirmando que me sinto esclarecida acerca da proposta da pesquisa e autorizo a sua realização na Escola Estadual Winston Churchill.

Diretora

sertãozinho, 01 de Novembro de 2018

APÊNDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: um estudo sobre as representações do professor

Pesquisadora Responsável: Lilian de Sousa Silva

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória

Instituição: Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara - SP

Telefone para contato: (16) 99135-4463

Você está sendo convidada como voluntária a participar da pesquisa intitulada “DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: um estudo sobre as representações do professor”, realizada pela pesquisadora Lilian de Sousa Silva, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Letras Campus de Araraquara – SP. Devidamente assistidas pelo seu orientador Prof. Dr. Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória .

1- objetivo desta pesquisa é fazer uma análise da prática dos professores e opriações de discursos que estes fazem no processo de socialização e aprendizagem, ando em consideração a diversidade sexual na escola.

2- Para tal, serão feitas entrevistas que serão gravadas e depois transcritas. Os entrevistados terão acesso à transcrição destas entrevistas caso se fizer necessário. É garantido ao voluntário o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, ou seja, tudo o que o voluntário queira saber antes, durante e depois da sua participação.

3- Os riscos em participar dessa pesquisa são considerados mínimos. O maior desconforto esperado é quanto ao tempo que você levará para participar do estudo, em média uma hora.

4 - Você tem a liberdade de interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento e isso não trará nenhuma consequência. Você também não terá nenhuma despesa ao participar dessa pesquisa.

5 - Você tem a garantia de que receberá resposta a qualquer pergunta e

esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos assuntos relacionados à pesquisa, procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos.

6- Você terá direito à privacidade. A sua identidade (nome e sobrenome) não será divulgada. Os resultados obtidos poderão ser publicados em revistas científicas e congressos e serão apresentados somente os dados analisados, garantindo total confidencialidade e anonimato dos dados de identificação.

7 - Quanto ao aspecto legal, este estudo foi elaborado de acordo com as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos que atende à Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde do Ministério de Saúde - Brasília – DF.

Eu, _____,

RG _____, fui esclarecida sobre as condições do estudo, seus objetivos, procedimentos dos quais participarei, seus riscos e benefícios, bem como direitos que me são assegurados e declaro que concordei voluntariamente em participar do referido estudo. Sertãozinho, _____ de _____ de _____.

APÊNDICE 3: ROTEIRO SEMIESTRUTURADO**DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA:**
um estudo sobre as representações do professor**ROTEIRO SEMIESTRUTURADO PARA A ENTREVISTA****Mestranda: Lilian de Sousa Silva****Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Calmon Nabuco Lastória**

Dados de identificação

Nome: _____ Data: _____

Idade: ____ Instituição de Formação _____

Formação: _____ Disciplina que Leciona: _____

Série que atua: _____

Quanto tempo trabalha na escola: _____

1 - Atualmente, muito se tem falado sobre a questão da diversidade sexual. Assuntos referentes a este tema estão permeando cada vez mais o campo das pesquisas acadêmicas. Como você percebe que este tema aparece na sociedade?

2) Qual é a importância da discussão de temas como o da diversidade sexual no ambiente escolar?

3) Como o tema da diversidade sexual aparece na escola?

4) E na sala de aula, acontece algum debate sobre a temática da diversidade sexual?

5) No ambiente escolar como um todo, esta temática aparece entre os envolvidos com o processo de ensino-aprendizagem?

6) Você já presenciou alguma discussão que envolvesse o debate sobre as sexualidades dos seus alunos?

7) Ao presenciar algum debate acerca das sexualidades dos alunos, como lidou com esta situação?

8) Como que você considera que os debates sobre as sexualidades dos alunos deveriam ser tratados na escola?

9) Você já ouviu falar sobre um padrão sexual que a sociedade julga como correto?

10) Você já ouviu falar sobre homofobia?

11) Como você percebe a existência da homofobia?

12) É no espaço escolar que se formam cidadãos e cidadãs atuantes e comprometidos com uma sociedade cada dia melhor. É também o espaço para que as pessoas sejam respeitadas pelas suas diferenças. Na escola em que trabalha, já presenciou alguma situação de homofobia dentro ou fora de sala de aula?

13) Sabemos que a escola é fundamental para a desconstrução de mitos e preconceitos, sobretudo na promoção de valores democráticos de respeito ao indivíduo e na transformação social. Você possuiu alguma preparação, durante sua formação, para trabalhar com o tema das diversidades dentro do contexto escolar?

14) A Secretaria Estadual da Educação de São Paulo oferece alguma formação complementar que contemple o debate acerca da diversidade sexual na escola?

15) Para a sua formação e atuação enquanto profissional da Educação, você pensa que seja importante incluir, no currículo da graduação, a abordagem do tema de diversidade sexual?

16) Você gostaria de comentar mais alguma coisa?
